



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES
AMAZÔNICAS**

LIDIO JOSÉ NASCIMENTO CABRAL

**A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO NORTE DE GOIÁS
(ATUAL TOCANTINS) JUNTO AOS CAMPONESES: AS RESISTÊNCIAS AO
PROJETO ECONÔMICO DA DITADURA CIVIL-MILITAR PARA A REGIÃO
(1975-1985).**

PORTO NACIONAL, TO

2023

LIDIO JOSÉ NASCIMENTO CABRAL

**A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO NORTE DE GOIÁS
(ATUAL TOCANTINS) JUNTO AOS CAMPONESES: AS RESISTÊNCIAS AO
PROJETO ECONÔMICO DA DITADURA CIVIL-MILITAR PARA A REGIÃO
(1975-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHISPAM, pelo discente Lídio José Nascimento Cabral, como requisito para obtenção do título de Mestre em História das Populações Amazônicas.

Orientador: Professor Doutor Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes

Banca examinadora

Professor Doutor Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes – orientador

Professor Doutor Paulo Rogério Melo de Oliveira

Professor Doutor Vasnir de Almeida

PORTO NACIONAL, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C117a Cabral, Lidio José Nascimento.
A Atuação Da Comissão Pastoral Da Terra No Norte De Goiás (Atual Tocantins) Junto Aos Camponeses: As Resistências Ao Projeto Econômico Da Ditadura Civil-Militar Para A Região (1975-1985).. / Lidio José Nascimento Cabral. – Porto Nacional, TO, 2023.
91 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHSPAM), 2023.

Orientador: Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes

1. Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins. 2. Amazônia Legal. 3. Camponeses. 4. Norte de Goiás. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedicatória

*A meu pai Josivaldo, a minha mãe Irany
e aos meus irmãos Natanael e Ashley
Sofia.*

*A Lidio Ribeiro, Lenici, Lenicio, Isabel,
Eduardo, por me incentivarem nos
estudos.*

*Ao meu amor Maria Francisca, que
viveu comigo a árdua trajetória do
mestrado.*

Ao Mário, filho amado.

*Aos camponeses e agentes da CPT, que
tomaram na luta pela reforma agrária.*

Agradecimento

Primeiramente agradeço ao Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes pela orientação dedicada e atenta durante o mestrado. Ele revisou profundamente o texto, apresentou referências, apontou erros e contradições, além de manter um diálogo franco e democrático comigo.

Agradeço ao meu filho Mário e à minha esposa Maria Francisca pela paciência, carinho, compreensão e amor com que suportaram minhas ausências.

Agradeço à solidária equipe pedagógica do Colégio Tocantins, que adaptou o horário escolar para que eu pudesse cursar o mestrado; à diretora Ana Maria Lucca, às coordenadoras Ana Célia Muniz, Carla Costa e à orientadora Celda Policarpio.

Agradeço à CPT Regional Araguaia-Tocantins, que abriu seus arquivos para esta pesquisa, bem como aos professores e colegas do mestrado em História das Populações Amazônicas pelo diálogo e ponderações oferecidos quando do registro deste trabalho.

RESUMO

A Comissão Pastoral da Terra, CPT, vinculada à Igreja católica e fundada em 1975 por bispos, padres, freiras, fróis e leigos, teve sempre o objetivo de assessorar os camponeses de todo o Brasil na luta pela posse da terra. Desde a fundação, foram criadas 21 divisões regionais, como a de Goiás, Bahia, Araguaia-Tocantins, que atuou no Norte de Goiás (atual Tocantins). O tema central deste estudo é a atuação política dos membros da Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins, no Norte de Goiás, junto aos camponeses, nos anos de 1975 a 1985, contra o projeto econômico da ditadura civil-militar então vigente. Constataram do trabalho, a pesquisa e análise dos documentos produzidos por órgãos do Estado, jornais do período e da própria CPT Regional Araguaia/Tocantins. Se, por um lado, a atuação da CPT contribuiu significativamente para a permanência de muitos camponeses em suas terras, de outro, custou a ela ameaças, torturas e até mortes de agentes seus no desenrolar da luta empreendida pela posse das terras. Em face da brutalidade revelada por essa luta, optou-se por elaborar uma cartilha que dá conta das violações de direitos humanos sob a ditadura, no Tocantins, bem como disponibilizar os documentos oficiais daquele período como respaldo e provas dessas violações.

Palavras-chave: Pastoral da Terra; Regional Araguaia-Tocantins; camponeses; Norte de Goiás; Amazônia Legal.

ABSTRACT

The Pastoral Land Commission (CPT) is a commission linked to the Catholic Church and was founded in 1975 by bishops, priests, nuns, brothers and lay Christians with the aim of helping peasants throughout Brazil in the struggle for land ownership. Soon after its foundation, 21 regional divisions were created. Examples of these divisions are the Goiás Regional CPT, the Bahia Regional CPT and the Araguaia/Tocantins Regional CPT, which is responsible for working in the north of Goiás (now Tocantins). With this in mind, the central theme of this research is the political action of the members of the Araguaia/Tocantins Regional Pastoral Land Commission in northern Goiás, in support of peasants between 1975 and 1985, against the economic project of the Civil-Military Dictatorship for the region. To carry out the research, we analyzed documents produced by state agencies and newspapers from the period. Finally, it was noted that the Araguaia/Tocantins Regional CPT was fundamental to many peasants remaining on their land, but in this struggle some Pastoral agents were threatened, tortured and killed. The final product of the dissertation is a booklet on human rights violations during the dictatorship in Tocantins and state documents produced during the military period that reveal human rights violations in the region.

Keywords: Araguaia-Tocantins Regional Land Pastoral; Peasants; Northern Goiás; Legal Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alocação subsidiada de capital para projetos agropecuários	17
Figura 2: Organograma produzido pela CPT Nacional.....	38
Figura 3: Primeira romaria à Terra Padre Josimo.	45
Figura 4: Tríduo de preparação para a Segunda Romaria à Terra Padre Josimo	46
Figura 5: Pannel no altar da Igreja Católica Romana de Buriti do Tocantins, TO.....	49
Figura 6: Posse de Pedro Santos Cruz na Fazenda Penha, em Peixe, O.,,,,,,,	53
Figura 7: Relatório confidencial do Mirad	55
Figura 8: Relato de invasão assinado por camponeses.....	57
Figura 9: Ficha de acompanhamento de caso.....	67
Figura 10: Foto do carro Toyota, do Padre Josimo Tavares, perfurado a balas	92
Figura 11: Dona Olinda Moraes Tavares, segurando a camiseta do filho, padre Josimo Moraes Tavares, quando foi morto.....	93.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Spevea	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Ubes	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O PROJETO ECONÔMICO DA DITADURA PARA A AMAZÔNIA.....	16
2.1 1953: a formação da Spvea e o projeto nacional desenvolvimentista para a Amazônia Legal.....	16
2.2. A Sudam e o projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia Legal	22
3 A FORMAÇÃO DA CPT NACIONAL E DA REGIONAL ARAGUAIA-TOCANTINS.....	28
3.1 A formação da CPT Nacional e as propostas de reforma agrária da Igreja nos anos de 1950.....	28
3.2 A formação da Igreja progressista no Brasil.....	32
3.2 A formação da CPT Regional-Araguaia-Tocantins.....	38
4 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DA CPT REGIONAL ARAGUAIA-TOCANTINS	42
4.1 O contato com os camponeses, a questão religiosa e a questão educativa	42
4.2 A mediação política feita pela CPT e o caso da Fazenda Penha, em Peixe, GO ...	49
4.2 Divulgação nacional e internacional dos conflitos pela CPT AraguaiaTocantins	62
5 UMA CPT ATACADA: VIGILÂNCIA DA ESPIONAGEM, SEQUESTRO, ATENTADOS E ASSASSINATOS DE PADRES DA CPT	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO A- Produto Final.....	92

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Pastoral da Terra, CPT, vinculada à Igreja Católica e fundada em 1975 por bispos, padres, freiras, freis e cristãos leigos, tem por objetivo auxiliar os camponeses de todo o Brasil na luta pela posse da terra. Logo após sua fundação, 21 divisões regionais foram criadas, como a CPT Regional Goiás, a CPT Regional Bahia, a CPT Regional Araguaia-Tocantins, esta responsável pela atuação no Norte de Goiás (atual Tocantins).

O tema central desta pesquisa é mapear e analisar a atuação política dos membros da Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins, no Norte de Goiás, nos anos de 1975 a 1985, contra o projeto econômico da ditadura civil-militar para a região. Os objetivos específicos voltam-se para o estudo do processo de concentração fundiária na República e o processo de constituição de uma ala progressista da Igreja católica¹ favorável aos pobres; para o entendimento de como e por quê membros da Igreja, numa conjuntura ditatorial, posicionaram-se e auxiliaram pública e diretamente camponeses alvos de expropriação de terras. Para a apreensão do processo de constituição e atuação da Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins nas cidades ao Norte de Goiás. Para a análise das formas de resistência da Igreja e dos camponeses contra a expropriação de terras; para o mapeamento da vigilância dos órgãos de repressão da ditadura sobre a Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins.

Essa CPT foi uma instituição que, por meio de seus agentes, exerceu uma verdadeira mediação social: “conjunto de ações sociais nas quais um agente, o mediador, articula outros, os mediados, a universos sociais que se lhe apresentam relativamente inacessíveis” (ROS, 2008:101). Ela se torna necessária, vez que o mediador tem, em algumas circunstâncias, a “capacidade de interagir em diferentes domínios sociais” cujos códigos e interações os mediados ainda não dominam.

Quem enfrentou ataques de jagunços, desapropriações, morte de entes queridos, fome e sede foram os camponeses do Norte goiano, mas, para tentar garantir seus direitos perante o Estado, buscaram constantemente a mediação da CPT. Ela

¹ Neste texto utilizaremos a expressão Igreja para nos referir a Igreja Católica. Sabemos da existência de outras Igrejas e religiões, mas para que a expressão Igreja Católica não se torne repetitiva utilizamos apenas a expressão Igreja em alguns momentos.

Mediava as causas dos camponeses com ações judiciais que assegurassem a posse das terras ameaçada por grileiros; que revertissem desapropriações de terras dos posseiros, bem como encarregava-se do lançamento de campanhas nacionais e internacionais denunciando as causas dos camponeses, a conivência com grilagem de terras por parte de autoridades judiciais e políticas, que só faziam qualificar a conscientização dos camponeses da necessidade da luta pela reforma agrária e da organização de seus próprios sindicatos.

Ao fim e ao cabo, a mediação engajada da CPT provocou transformação social ao permitir a construção de uma nova realidade social e política. Bem como de uma relação de poder entre mediador e mediado, em que aquele sugere a este formas de pensar e agir, mesmo que inconsciente, não projetada (Ros,2008:101).

Convém, no entanto, não transformar as instituições que fazem a mediação social, em seus vários aspectos, em seres sem vida, coisificados. Em face disso, é necessário atentar para as ações institucionais, cuja intencionalidade privilegie as escolhas e estratégias elaboradas por pessoas, agentes, por trás de suas carapaças, e as identifique uma a uma. Sem correr o risco, portanto, de reificar os mediadores sociais, sem vida, tornados objetos, descontextualizados (NEVES,2008:22).

Não menos atenção merece a contextualização, a localização no tempo e no espaço e as circunstâncias envolvidas, dessas ações, uma vez que elas “pressupõem [...] construção de significados e respectivas práticas”, “não podem absolutamente” ser “reificadas e generalizadas” (Neves,2008:22).

As fontes que dão conta das ações de mediação social da CPT Araguaia-Tocantins proveem de relatórios dos casos acompanhados por ela, clipes arquivados, falas e entrevistas do clero e dos agentes pastorais a respeito da questão agrária e de suas táticas em defesas dos camponeses, bem como de órgãos do Estado brasileiro e jornais que então circulavam na região; de arquivos da ONG ConSaúde, Arquivo Nacional em que se encontram relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informação, SNI, órgão fiscalizador da ditadura que vigiava os agentes e religiosos da CPT.

Considerando que os fundadores das CPTs entendiam que a missão histórica delas ultrapassava as celebrações religiosas tão somente, intervindo no campo espiritual e social em defesa dos mais pobres, de que natureza e forma esse auxílio prestado se deu e que consequências acarretou esse engajamento?

Termos e conceitos, como camponês, posseiro, jagunço, pistoleiro, latifundiário, grileiro... frequentam as muitas etapas desta narrativa a fim de precisar os fatos e oferecer subsídios a futuros estudos de História.

As palavras “camponês” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até, em cada região. Famoso tornou-se o caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado caçara. No Nordeste do país, chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como *cabloco*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII, era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e no Centro-Oeste do país, é palavra empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões, é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador. São palavras que, desde tempos remotos, têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto [...]. Também os proprietários de terra tinham designações distintas conforme a região e a atividade: estancieiros, no Sul; fazendeiros, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; senhores de engenho, no Nordeste; seringalistas, no Norte. Mas também eles tiveram sua designação mudada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses; passaram a ser designados como latifundiários. Essas novas palavras, camponês e latifundiário, são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais [...] (MARTINS, 1981:21-22).

Por posseiro, entende-se o camponês que ocupa terras devolutas, terras públicas não cultivadas e compreende “indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tantos outros nichos populacionais genericamente chamados de comunidades tradicionais” cujas terras não foram tituladas pelo Estado (SOUSA, 2023:6).

Por grileiro, entende-se o indivíduo

que, para conseguir seus objetivos de especulação, não encontra barreira nem lei. Seus planos visam açambarcar a maior quantidade de terra que seja possível, objetivando vendê-las a bons preços. A titulação sempre é falsificada, de tal modo que a mesma terra chega a ter vários títulos e vários compradores. O grileiro, que muitas vezes pode ser um senhor respeitável, não age sozinho e de forma direta. Tem o encarregado para realizar determinados serviços, principalmente o de “limpar a área”, o que pode ser feito por jagunços e/ou soldados, muitas vezes contando com a cobertura do juiz e outras autoridades locais. Apresentam-se eles como “investidores”, dando um sentido bem mais chão à palavra “investir”. Investem contra as leis, contra o patrimônio público e contra os direitos de posseiros e/ou pequenos proprietários (SOUSA, 2019:309).

Os termos pistoleiro/jagunço compreendem o trabalhador urbano ou rural associado a grandes fazendeiros, empresas ou grileiros e por eles encarregado de executar todo tipo de serviço sujo necessário. “A pistolagem surge como uma opção possível para se ter uma melhor condição econômica”. À medida que os assassinatos vão sendo cometidos, o pistoleiro/jagunço vai ganhando fama no “interior da pistolagem”, o que possibilita “novos trabalhos” (BARREIRA, 2002:6).

Sobre resistência camponesa entendemos que ela se dá em vários âmbitos, como a luta armada efetuada pelos camponeses contra fazendeiros e empresas que deseja desapropriar suas terras; a resistência institucional por meio de organizações sociais e políticas como sindicatos, movimentos sociais, na CPT; e as resistências cotidianas que se dão no âmbito da “produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo” (FABRINI,2012,p.9). Neste texto falaremos de algumas formas de resistência praticadas por camponeses e pela CPT Araguaia-Tocantins no norte goiano.

No primeiro capítulo deste estudo, discorre-se sobre os projetos econômicos do Estado brasileiros para a Amazônia Legal, durante o período de 1946 a 1964, bem como sobre a criação e execução dos planos de modernização conservadora para a Amazônia Legal. Neles, buscou-se monopolizar as terras amazônicas nas mãos de grandes fazendeiros e empresas nacionais e estrangeiras, o que ampliou os conflitos por terra na região.

No segundo capítulo, tem destaque a formação de uma Igreja católica progressista no Brasil e no mundo e a atuação da Pastoral da Terra Nacional pela Regional Araguaia-Tocantins, no Norte de Goiás (atual Tocantins). Essa Igreja fez, nas suas próprias palavras, uma “opção preferencial pelos pobres”.

No terceiro capítulo, busca-se analisar as formas de atuação da CPT Regional Araguaia-Tocantins, suas estratégias jurídicas e de comunicação e divulgação dos conflitos por terras, as relações com os camponeses sob o ponto de vista religioso e educacional, perpassando por fatos e acontecimentos que marcaram época e consequências na região do Araguaia-Tocantins.

Considere-se que este estudo está compreendido no contexto do período ditatorial da História do Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, que perdurou até 1985. Com amplo apoio popular, além do das elites, que marchou pela vitória do golpe, fez campanhas de desestabilização de organizações populares, atribuiu “altos índices de

popularidade” ao general Garrastazu Médici e, no “auge dos sinistros anos de chumbo”, deu à Arena, partido da situação, ampla votação (Reis, 2010:174).

2 O PROJETO ECONÔMICO DA DITADURA PARA A AMAZÔNIA

2.1 1953: a formação da Spvea e o projeto nacional desenvolvimentista para a Amazônia Legal

A criação da CPT Nacional e de uma divisão dessa pastoral no Norte de Goiás deu-se pela intensificação dos conflitos por terra gerados pela chegada de grandes empresas e grandes fazendeiros na região, beneficiados pela abertura da BR-153, Belém-Brasília, pela possibilidade de acesso a terras e pelos incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam.

O processo de colonização do Norte de Goiás teve início em 1730, quando da descoberta das minas de ouro nos cerrados da região. A Amazônia da “grande floresta” também foi ocupada no período colonial onde se buscavam drogas do sertão que seriam levadas para a Europa. O Norte de Goiás ocupa uma pequena “franja”, a norte e noroeste, da Floresta Amazônica. Sua maior extensão é coberta pela vegetação do cerrado.

O estreitamento de relações entre o Norte de Goiás e a Região Amazônica deu-se no início do século XIX, depois da decadência da mineração, quando restou aos mineiros “senão a ocupação das áreas próximas aos antigos centros de mineração. Apossaram-se das terras devolutas, requerendo sesmarias e procuraram legalizá-las, com o intuito de desenvolver uma agricultura de subsistência” e “criar gado vacuns e/ou cavalares” (APOLINARIO, 2007:61).

O Norte de Goiás ficou nessa situação de crise até 1830 enquanto a "agricultura permanecia como atividade secundária; o comércio permanecia fraco, pela carência de excedentes exportáveis e pela precariedade das comunicações; a pecuária, praticada de forma rudimentar, tornava a sua rentabilidade pequena” (Parente, 2007:20).

O desafio para a economia nortista foi criar gado e transportar carne e couro pelo rio Tocantins até as praças comerciais do Pará e de lá traziam inúmeros produtos necessários, mas não eram produzidos no Norte Goiás.

O Norte goiano também serviu de rota migratória em direção a Amazônia. No início do século XX, camponeses do Centro-Oeste, fugidos da perseguição de grandes fazendeiros e motivados pela produção de borracha e mineração em estados do Norte, migraram para as zonas de extração de latices e ouro, atravessando o Norte Goiano. Esse movimento migratório chamado de rota do Centro-Oeste chegou a ser

intensa principalmente “em períodos como o ciclo da borracha ou do garimpo, mas que mesmo em períodos de menor deslocamento, foi incessante” (MECHI, 2012:52-53).

Dentre esses camponeses migrantes, muitos acabaram fixando-se no Norte de Goiás, além dos que migraram diretamente de lá em busca de terras devolutas férteis para plantar. Em razão disso, a região manteve-se historicamente envolvida na dinâmica populacional e econômica da Amazônia. A formalização da região como parte da Amazônia brasileira deu-se apenas em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas, mediante a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, “um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras”, cujo objetivo central era:

incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (BRASIL,1953).

Para fins legais, o governo ainda definiu os limites do que considerava ser a Amazônia brasileira: os estados “do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás, a norte do paralelo de 13°, e a do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°” (BRASIL, 1953).

De acordo com essa definição, o Norte de Goiás, atual Tocantins, foi inserido na Amazônia brasileira, uma vez que a região goiana apresentava o mesmo baixo desenvolvimento que as demais regiões amazônicas.

A execução do plano ficou a cargo da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Spvea, que deveria promover projetos de desenvolvimento na região, utilizando recursos públicos, e atrair investimentos privados para a região. Para pôr em prática sua missão, contava com o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

A lei estabelecia que o fundo de valorização da Amazônia deveria ser composto por a) 3% da renda tributária da União; b).3% da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios, total ou parcialmente compreendidos na área da Amazônia Brasileira (Art. 2º): c) as rendas oriundas dos serviços do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou sua exploração dos atos ou contratos jurídicos dela decorrentes; d) o produto de operações de crédito e de dotações extraordinárias da União, dos Estados ou Municípios (Brasil,1953).

As discussões para a elaboração do Pvea e criação da Spvea, bem como a publicação da lei, foram intensificadas durante o governo Dutra, em 1946. Naquele ano, o preço da borracha produzida no Amazonas e no Pará começou a baixar, em razão do fim da Segunda Guerra e da retomada da produção nos seringais asiáticos.

Como forma de se resguardar economicamente, os donos de grandes seringais pressionaram o governo federal para que fizesse constar da Constituição de 1946 um artigo (199) que obrigasse o Estado a fazer e executar um plano de desenvolvimento para a Amazônia. Não houve delongas para elaboração dessa política, até que, em 1951, a Conferência Técnica sobre a Valorização Econômica da Amazônia impulsionou de vez a publicação da lei e a criação da Spvea, em 1953.

O objetivo de Vargas era “ocupar demograficamente a região, entre outras coisas, para não sofrer questionamento quanto à soberania brasileira”, e promover um desenvolvimento econômico que mantivesse “o extrativismo enquanto se processava um movimento rumo a agricultura”. Objetivava, pois, promover o desenvolvimento da região por meio da agricultura “se distanciando do extrativismo”, mas mantendo o seu caráter de economia baseado no setor primário (MARQUES, 2013:169).

Os recursos financeiros do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia foram guardados no Banco de Crédito da Amazônia, um banco de economia mista, e a sede da Spvea foi instalada em Belém, PA, em 2 de setembro de 1953.

Para conduzir o desenvolvimento da região, a superintendência deveria elaborar planos quinquenais, se bem, em razão da necessidade de iniciar os trabalhos, elaborou-se em um plano de emergência, em 1954.

Visaria a integração territorial, econômica e social amazônicas à unidade nacional, com especial atenção, além das áreas de fácil acesso, às regiões de fronteira. Partindo desta compreensão mais geral, elaboraram-se os objetivos que traziam uma concepção de complementação à economia nacional, mas também de substituição regional de importações (mesmo quando se referindo ao Sul/Sudeste do país). Os objetivos eram a “produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo”; produzir matérias primas e produtos alimentares que o Brasil importava; explorar riquezas energéticas e minerais, ao mesmo tempo em que exportar matérias primas regionais; converter a economia extrativista em economia agrícola e a economia eminentemente comercial urbana em economia industrial; estabelecer sistema de crédito e transporte; e, finalmente, elevar tanto o nível de vida como o de cultura técnica e política da população da região (MARQUES, 2013:173).

Se bem o extrativismo tenha sido o principal motor econômico da Amazônia durante séculos, o plano de emergência o via como a “causa da crise e do atraso regional”, razão pela qual a “única possibilidade de superação dessa realidade seria o desenvolvimento da agricultura” (Marques, 2013:174). Agricultura essa que substituiria o extrativismo de borracha, poderia ser praticada por grandes fazendeiros e empresas privadas, mas deveria ser “uma atividade sustentada no pequeno proprietário” (MARQUES, 2013:174).

O plano também visava, como estratégia de segurança nacional, colonizar a Amazônia. Com vistas a realizar esse objetivo, apostou-se na colonização da região por pequenos proprietários agrícolas, “recorrendo ao habitante da própria região. Mesmo que se buscassem brasileiros e estrangeiros que já dominassem práticas agrícolas avançadas, a base da colonização seria o trabalhador amazônico” (Marques, 2013:174).

Para o desenvolvimento da industrialização regional, defendia-se a concessão de créditos especiais para a atividade cujos produtos deveriam “atender o mercado interno” regional e utilizar matérias primas da região. Mas quem ganhou protagonismo no plano foi a agricultura, que “assume importância central na valorização da Amazônia” com ares e “elementos de uma certa reforma agrária” (MARQUES, 2013:174).

A Spvea buscou promover o desenvolvimento da região alinhando capital público e privado nacionais e incluindo os camponeses pobres amazônicos. Com a emergência da ditadura, a Spvea vira Sudam, que vai basear o desenvolvimento da região mediante projetos para grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras. Ao Estado caberia a tarefa de regular os empreendimentos e emprestar dinheiro para que eles fossem executados.

O plano de emergência da Spvea deveria ser executado até 1955, quando seria aprovado o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia e que foi enviado ao Congresso Nacional e ao Presidente da República, mas, sem apoio, não foi aprovado. Ele mantinha duras críticas ao extrativismo e pretendia, assim como o plano de emergência, desenvolver a região com a agricultura e a colonização. A seu ver, o extrativismo era um elemento de atraso e deveria ser substituído, e a Amazônia, um amplo “espaço vazio”, deveria ser ocupada.

No bojo do Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, PQVEA, havia um programa de desenvolvimento cultural, que propunha “melhorias sociais, econômicas e culturais para as populações amazônicas a partir de um ideário de desenvolvimento calcado na ideia de progresso cultural, educacional e técnico-científico necessários ao crescimento capitalista industrial”. A educação seria fundamental para a “construção de um novo equipamento mental societário amazônico”, que suplantasse o *modus vivendi* das populações amazônicas” considerado “causador do subdesenvolvimento da região” (BATISTA, 2016:56).

Quando da tramitação do I Plano Quinquenal, o Brasil vivia sob turbulências políticas causadas pelo suicídio de Getúlio Vargas e a oposição das elites oligárquicas regionais ligadas à extração do látex, que não o apoiava.

Não aprovado o plano, os dirigentes da superintendência contrataram o Consórcio de Planejamento e Empreendimentos S/A para elaborar um novo projeto de desenvolvimento, que veio a se chamar Nova Política de Valorização. À luz do Plano Emergencial e do I Plano Quinquenal, mantinham-se as críticas à dependência regional do extrativismo e buscava-se “o estabelecimento do capitalismo na Amazônia” nos moldes industriais (MARQUES, 2013:178). Nesse novo plano, de 1960, a agricultura pautada nas pequenas fazendas não era vista como meio possível de desenvolver a Amazônia, saída essa que era vista através do investimento do Estado em indústrias privadas da região com o objetivo de promover um capitalismo industrial privado (MARQUES, 2013; BATISTA, 2016).

Sem apoio da maioria no Congresso, essa nova política de valorização também acabou não sendo aprovada, enquanto a Spvea continuava vigendo até ser transformada na Sudam. Durante seus treze anos de existência, de 1953 a 1966, sua atuação foi um fracasso, seja pelo déficit de pessoal qualificado que conhecesse e elaborasse estudos sobre a região, seja pela resistência das elites oligárquicas regionais em substituir o extrativismo pela agricultura, bem como pela falta de recursos dos governos federal e estaduais e desvios dos poucos disponíveis da instituição (MARQUES, 2013).

Ao concentrar o maior montante de seus recursos no Estado do Pará, ela se constituiu, na prática, “uma superintendência eminentemente paraense, o que gerou pontos de conflitos e, quando se apresentou a sua extinção, não se encontrou grande resistência por parte das outras unidades federativas que ela deveria abranger” (MARQUES, 2013:184).

Em prol da produção agrícola e industrial na Amazônia propriamente dita, a Spvea foi pouco efetiva, se bem, entre os anos de 1958 e 1960, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), tenha coordenado, no Norte de Goiás, a abertura da Rodovia Belém-Brasília. Criada e vinculada a ela estava a recém-criada Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília, Rodobrás, com a incumbência de “orientar,

dirigir e finalizar os trabalhos da ligação rodoviária da nova capital com a cidade de Belém do Pará” e nomeação dos três membros dirigentes da empresa² (BRASIL,1958).

A abertura da rodovia pôs fim ao isolamento econômico secular do Norte de Goiás³. Em contrapartida, a migração advinda de sua abertura promoveu e intensificou ao extremo os conflitos por terra na região. Muitos deles conseguiram se apropriar de grandes parcelas de terras – possérios – e passaram a conviver com camponeses donos de pequenas porções de terra, há tempo instalados na região.

Durante o curto governo Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e o conturbado governo João Goulart (1961-1964), a Spvea manteve-se sem força sem conseguir aprovar seus planos quinquenais de ação. Depois do golpe militar de 1964, ela foi extinta e substituída pela Sudam. Pese sua ineficácia e ineficiência, de fato até então, se a sonhada integração nacional da região pretendida pelo governo JK não se consolidou, migraram para lá grandes empresas e fazendeiros interessados em desenvolver projetos agropecuários, que receberam dos governos ditatoriais o incentivo necessário para isso. Elaboraram-se projetos mais incisivos para a Amazônia, em 1966, e investiu-se intensamente na região.

Se os projetos de desenvolvimento da Amazônia da Spevea, entre os anos de 1950 a 1964, consideravam os camponeses amazônicos como promotores da substituição do extrativismo pela agricultura por meio de pequenas propriedades, a Sudam traçou um projeto de desenvolvimento pautado em grandes fazendas e tocado por grandes empresas interessadas no que viria ser chamado de agronegócio.

Se bem a Spvea tenha tido uma atuação pífia e sido extinta, seus planos de desenvolvimento para a região cristalizaram uma “convicção na eficácia do planejamento como um mecanismo de interferência técnica e científica sobre a natureza e o homem amazônico”, que “persistiu ao longo dos governos militares e da Nova

² A abertura da BR 153, Belém-Brasília, foi coordenada pela Spvea/Rodobrás e dirigida pelo engenheiro Bernardo Sayão, que aproveitou trechos já abertos, como o de Anápolis, GO-Gurupi, GO. A maior parte do trajeto cortava o Norte de Goiás e foi aberto entre 1958 e 1960, empregou cerca de 3.400 operários das 11 construtoras contratadas, deu-se em tempo recorde e “necessitou de enormes comboios de máquinas importadas dos Estados Unidos”(LIMA, 2015:84).

³ Desde a crise aurífera no final do século XVIII até a década de 1830, o Norte de Goiás foi pautado por uma economia de subsistência. De fato, deixou de sê-lo tão somente nos anos de 1950 graças à construção da BR 153, a partir de quando as terras da região foram valorizadas e as atividades agropecuárias ganharam foco para a exportação. Até então, é considerável apenas a produção agropecuária para subsistência, o transporte comercial de carne e couro pelo rio Tocantins até as praças comerciais do Pará e o intercâmbio de mercadorias entre comerciantes dos sertões do Tocantins e Barreiras, BA (Parente, 2007). Entre 1900 e 1950, o Norte de Goiás permaneceu “isolado”, configurando-se como “enorme vazio demográfico, com pequeno número de cidades existentes, predominantemente na margem direita do rio Tocantins, em sua maioria originadas na época do ouro” (AQUINO, 1996:52).

República”. Ela foi “a gênese dos processos de planejamento regional implementados na Amazônia na segunda metade do século XX” (BATISTA, 2016:96-97).

2.2. A Sudam e o projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia Legal

Ainda sobrevivente, mas já sob a ditadura militar, capitaneada pelo general Mário de Barros Cavalcanti, a Spvea foi submetida a uma “avaliação negativa e moralista”, que pecou pela falta de “competência técnica, de coordenação das ações e organismos federais na região [em razão da] debilidade acentuada do pessoal da Spvea” e da “manipulação escusa dos recursos da Superintendência”, feitas por “administrações anteriores”, que a levaram à ineficiência e à “crise de legitimidade” em que se encontra (MARQUES, 2013:180-181). Houve má gestão dos governos populistas que não repassaram para a autarquia as remessas de impostos a que ela tinha direito. A própria ditadura fez o mesmo, intencionalmente, O ditador Castelo Branco pretendia promover mudanças na Spvea e na legislação de desenvolvimento para a Amazônia Legal.

A fim de dar fôlego à instituição, o general elaborou um programa de emergência, em 1965, aumentando os incentivos fiscais para empresas que se instalassem na região e investimentos na pecuária. No total, os investimentos, em 1964, somaram 14,5% de incentivos fiscais, que subiram para 39,5%, em 1965, e para 69%, em 1966 (MARQUES, 2013:183). A gestão do general tinha “interesse inicial na industrialização” da Amazônia, mas a “direção da Spvea e o governo federal optaram por estimular o investimento na agropecuária”, sob a “justificativa” de “que esta atividade respondia melhor aos objetivos de absorver os desempregados e subempregados” da região, com o que haveria ampliação do “mercado interno regional”.

Todavia, o “investimento concentrou-se na pecuária e não na agricultura”, que recebeu “Cr\$ 1,7 bilhão, em 1965”, e “Cr\$ 39,1 bilhões, em 1966”. A propósito, “os investimentos em educação e saúde [...] haviam totalizado Cr\$ 2,06 bilhões, em 1965, e nada receberam em 1966” (Marques, 2013:183-184).

Esses generosos incentivos oferecidos à pecuária eram o prenúncio de “um movimento que marcou a economia amazônica e as políticas públicas nos anos 1970 e 1980, qual seja, o estímulo à grande produção pecuária, o que significou estimular a expansão da grande propriedade”. (Marques, 2013:184).

Vista como espaço de “segurança nacional” pela ditadura, a Amazônia Legal, um imenso “espaço vazio”, deveria ser ocupada por latifúndios que a resguardassem contra investidas estrangeiras e os movimentos comunistas;. Deveria

ser desenvolvida nos campos da industrialização e agropecuária, independentemente da expulsão de camponeses que a ocupavam há décadas ou séculos.

[No contexto ditatorial, o Norte goiano] era visto como um problema, pois os ideólogos do regime a concebiam como um vazio demográfico, de difícil acesso, com pouca infraestrutura, que poderia servir de avanço ao comunismo. Além do mais, a proximidade dos municípios de Trombas e Formoso, região em que se desenvolveu na década anterior um grande conflito pela posse da terra liderado por José Porfírio, e o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974, aumentavam essas preocupações. A região deveria, assim, servir de barreira ao avanço das “ideologias exóticas” e contribuir para o avanço do capitalismo no Brasil, com a modernização da agricultura (MECHI, 2015:119).

Com vistas ao desenvolvimento da região, pautado pela industrialização em grandes fazendas, o governo Castelo Branco criou, em 1965, o Grupo de Trabalho da Amazônia, liderado pelos ministros Roberto Campos e João Gonçalves, com a missão de revogar leis antigas e elaborar novas normas para o desenvolvimento da região.

Um ano depois, no segundo semestre de 1966, a chamada Operação Amazônia publicou novas leis com fulcro na proteção da região da cobiça estrangeira. Sua lei criadora (a 5.122, de 28/9/1966) extinguiu o Banco de Crédito da Borracha e criou o Banco da Amazônia S.A, Basa; a Lei 5.173, de 27 out.1966, fundou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, e extinguiu a Spvea; a “Lei nº 5.174, de 27/10/1966, promovia incentivos fiscais; e a Lei nº 5.227, de 18/1/1967, criava uma política econômica em relação a borracha” (SANTOS; RIBEIRO, 2022:4-5).

Concebida na gestão do presidente Castelo Branco (1964-1967), a Operação Amazônia implicou a formulação e execução de projetos de infraestrutura, na definição de programas: de incentivos fiscais para atração de empresas e indústrias aos espaços supostamente inexplorados da região, a criação de instituições para executar as medidas propostas; assim como a reorganização de órgãos já existentes, em consonância com as diretrizes do novo governo. Tais diretrizes [...] refletiam o imperativo geopolítico de explorar a grande reserva de recursos naturais da Amazônia para a promoção do crescimento econômico (BATISTA, 2016:98).

Na burocracia estatal recém-criada, cabia ao Banco da Amazônia S.A. conceder empréstimos de longo e curto prazo para projetos agropecuários e industriais e guardar os recursos dos fundos de desenvolvimento da região.

[A Sudam] tinha como propósito o planejamento, a coordenação, e a execução da política do governo federal para a Amazônia, que tinha como objetivo desenvolvimento regional. A SUDAM visava promover e controlar as ações do governo federal na região. Dentre as competências da autarquia vinculada ao Ministério do Interior, com sede e foro em Belém, destaca-se recomendar as prioridades relacionadas à execução dos planos e projetos de desenvolvimento regional, compatibilizar os projetos e orçamentos plurianual com os Planos Nacionais, acompanhar e fiscalizar os planos e projetos que constam nos planos plurianuais e orçamento (SANTOS; RIBEIRO, 2022:7-8).

Figura 1 – Alocação subsidiada de capital para projetos agropecuários da Sudam.



Fonte: SANTOS; RIBEIRO,2022 *apud* BECKER 1990

A maior parte dos projetos aprovados estava localizado nos estados do Pará e Mato Grosso, no Norte de Goiás: ao sul, apenas quatro projetos financiados; no Centro, 11; a norte, nordeste e noroeste, apenas quatro; ao extremo norte goiano, numa região conhecida como Bico do Papagaio, outros quatro.

A intenção de substituir o extrativismo pela agricultura e pela indústria, de incentivar a iniciativa privada a investir na Amazônia e de ocupar a região, vista como um “espaço vazio”, já existia desde o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, PQDAM, lançado pela Sudam durante os anos de 1967 a 1971. O PQDAM inaugurou o projeto da ditadura de desenvolver a Amazônia ao fazer a “opção pelo grande investidor” e por vultosos empresários, que permaneceu vigente nos planos subsequentes da Sudam, o I (1972-1974), II (1975-1979) e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985).

Por meio desses planos, os governos militares incentivaram a entrada de grandes fazendeiros, empresas nacionais e estrangeiras com o objetivo de desenvolver a região por meio de grandes fazendas e indústrias. A reboque do governo federal, o

governo de Goiás incentivou a transferência para a Amazônia Legal de grandes empresários para que investissem na produção agropecuária e industrial.

Numa edição especial da revista *Realidade*, em 1971, uma propaganda paga pelo governo de Goiás escancarou sua opção preferencial pelo grande investidor.

Terra virgem. Terra que precisa ser possuída. Agora. Urgente. Terra que dá arroz, algodão, soja, feijão, milho e tudo mais. Terra que é veio sem fim de amianto, níquel, ouro, diamante, cristal de rocha, manganês, mica – minérios que todo mundo está de olho neles. Terra que engorda gado bom o ano inteiro. Terra pra você trabalhar toda a vida e ganhar sempre. Trabalhar, ganhar e viver no conforto. Quem busca lucro e paz, o negócio agora é Goiás. Matéria prima farta. Mão de obra barata. Energia elétrica à vontade. Estradas asfaltadas. Crédito fácil e a longo prazo. [...] Mercado de consumo em expansão crescente. Incentivos de toda ordem dos governos Federal, Estadual e Municipal. Você que é pecuarista, industrial, agricultor e comerciante saiba: Goiás se oferece a você com muito amor e riqueza. Venha para cá, com armas e bagagem. Traga seu capital e sua técnica pra ganhar bons lucros. Compre este Estado e ajude o Brasil a crescer nas mãos do Presidente Médici, que também preferiu morar no Planalto (*REALIDADE*, 1971, apud BATISTA, 2016:118).

Essa opção pelo grande investidor gerou grande fluxo do Sudeste, Sul e Centro-Oeste para a Amazônia e para o Norte de Goiás, intensificando os conflitos por terra em toda a Amazônia Legal, que obrigaram camponeses a lutar para permanecer em terras em que estavam há anos. Muitos deles conseguiram se manter em suas posses, mas outros foram expulsos ou mortos.

Some-se à abertura da Rodovia 153, Belém-Brasília, já asfaltada, aos incentivos fiscais concedidos a empresas e fazendeiros que se instalassem na Amazônia Legal, a construção de uma ponte sobre o rio Tocantins – ponte Dom Alano Marie du Noday –, inaugurada em 1970, em Porto Nacional, graças à qual as terras do Norte de Goiás foram bastante valorizadas.

Os médicos Heloiza Lotufo e Eduardo Manzano apontam em seu livro de memórias que, na região de Porto Nacional,

[Nos] anos 60 e início da década de 70, as terras não tinham quase valor comercial. O gado era criado nas “gerais”, como eles falavam, e havia poucas cercas nas fazendas. Muitas pessoas vinham para a cidade, por problema de saúde ou para estudo dos filhos, e simplesmente abandonavam suas terras quando eram distantes e de difícil acesso. Com a melhoria das estradas, a construção da ponte sobre o rio Tocantins, no fim da década de 70, e a procura de terras para comprar por fazendeiros do Sul, a situação mudou e começaram a surgir os conflitos pela posse da terra. Os lavradores não se preocupavam em documentar suas posses, pois a palavra tinha valor e era respeitada naquela época. Era comum aos fazendeiros maiores terem seus agregados, famílias que moravam em suas terras e prestavam alguns serviços. Essa área que ocupavam passava a lhes pertencer. Outros ocupavam terras devolutas do Estado, sem nenhum problema. Os mais precavidos tinham registros paroquiais, mas isso não lhes serviu de nada quando o “progresso” chegou. Teve início então a expulsão dos posseiros pelos fazendeiros mais gananciosos ou por grileiros de fora, que se aproveitaram das circunstâncias.

Famílias que moravam em uma área há mais de 100 anos eram obrigadas a deixar suas terras e, quando resistiam, começava todo um processo de ameaças, de soltar gado em suas roças, chegando até a queimar suas casas e produções (MANZANO; MANZANO, 2021:163-164).

A pavimentação da BR-153 e a construção da ponte sobre o rio Tocantins, em Porto Nacional, significou “incentivos à modernização excludente da agricultura, ou seja, uma agricultura voltada para a exportação realizada em grandes propriedades” (MECHI, 2015:119). No entanto, esse projeto foi trágico para a Amazônia e para o Norte Goiás, pois, à medida que era executado, gerou concentração de terras na região da Sudam, exclusão e expulsão de camponeses, indígenas e ribeirinhos amazônicos. Não havia um projeto para o pequeno camponês. Era necessário acelerar o crescimento econômico da região por grandes fazendas exportadoras, além de ser uma região considerada zona de risco sob ameaças comunistas.

Durante a ditadura, ao executar suas ideias de desenvolvimento para a região, civis e militares promoveram uma verdadeira “monopolização” das terras na Amazônia graças às cessões e leniência à “grilagem” delas pelo Estado (IANNI, 1979:16).

Para expulsar os camponeses de suas terras em prol da monopolização das terras amazônicas, não faltou ao Estado “violência física, moral e psicológica” contra eles (PICOLI, 2006:39). Some-se a isso, a inação do Estado durante a ditadura. Intencionalmente, omitiu-se o mérito em face dos inúmeros conflitos por terra na Amazônia. Em se tratando de desapropriações de terras em favor dos camponeses, os agentes tornavam os processos morosos. Em se tratando do mesmo caso em favor dos grandes proprietários, as desapropriações de terras eram cumpridas com celeridade por agentes públicos mancomunados com as polícias locais. Ocupadas em pressionar posseiros de terras em disputa contra grandes proprietários, não sem à custa de polpudas propinas.

A “grilagem” de terras consistia na expulsão de camponeses por jagunços e pistoleiros dos grandes fazendeiros, que amedrontavam, ameaçavam ou assassinavam quem resistisse. Dentre eles, havia policiais descaracterizados que faziam da pistolagem para grandes fazendeiros um biscate.

Incentivos fiscais aplicados na Amazônia passaram a efetivar uma contrarreforma agrária no país, pois, entre 1950 e 1960, 86,46% das terras da Amazônia eram ocupadas por estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares. Entre 1960 e 1970, apenas 35,3% das terras pertenciam aos estabelecimentos com menos de 100 hectares. No ano de 1975, efetivou-se a concentração da terra, pois 99,8% das áreas passaram às mãos de

estabelecimentos com mais de 100 hectares, e cerca de 75% destas, para estabelecimentos com áreas acima de 1 mil hectares (PICOLI, 2006:38).

Resultado: “o empobrecimento das massas e a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros”, além da “marginalização daqueles que, no processo histórico, buscam a terra e o trabalho para fins de subsistência” (PICOLI, 2006:38)

No Norte de Goiás, a realidade não foi diferente. Os conflitos por terras ocorreram em todas as partes, notadamente no extremo Norte, região conhecida como Bico do Papagaio..

Goiás esteve sempre entre os cinco estados mais conflitivos da União. De 1979 a 1986, 61,43% dos conflitos pela terra no estado aconteceram nos municípios do Bico do Papagaio. Os municípios mais conflitivos foram aqueles em que havia maior concentração de terra: Itaguatins, Tocantinópolis e São Sebastião (ALIGHIERI, 1993:54).

A região do Bico do Papagaio foi ocupada mais recentemente, depois da construção da BR-153 e dos incentivos estatais, diferente das regiões Sul e Sudeste nortistas, ocupadas no período aurífero, como Porto Nacional, onde havia fazendas já estabelecidas.

É nesse cenário de conflitos por terras que, em 1977, agentes católicos engajam-se na luta dos camponeses do Norte de Goiás para permanecer nas terras em que viviam há anos ou séculos por intermédio da Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins, em Porto Nacional.

3 A FORMAÇÃO DA CPT NACIONAL E DA REGIONAL ARAGUAIA-TOCANTINS

Os processos de formação e de ação da Comissão Pastoral da Terra Nacional, CPT, e da Comissão Pastoral da Terra Regional Araguaia-Tocantins, CPT AT, trouxeram a público as propostas de reforma agrária da Igreja, que deixaram de ser menos conciliatórias e mais radicais. Na liderança delas emergem religiosos progressistas no Brasil e na América Latina.

3.1 A formação da CPT Nacional e as propostas de reforma agraria da Igreja nos anos de 1950

Em 10 de outubro de 1971, dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia, MT, publicou uma carta pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Nela, denunciava a vida precária e a violência histórica em que viviam os posseiros no Nordeste do Mato Grosso. Antes mesmo de ser bispo, o religioso vivia na região desde 1968 como padre, desde então solidário aos camponeses envolvidos em conflitos por terras.

A carta pastoral descreve a situação geográfica da prelazia, o perfil das populações, o histórico da violência contra os camponeses, a grilagem de terras, o andamento da luta na região. Termina conclamando a solidariedade da Igreja católica brasileira: “chamamos angustiosamente a toda a Igreja do Brasil, à qual pertencemos. Pedimos, exigimos, fraternalmente, sua decisão, e a corresponsabilidade plena na oração, no testemunho, no compromisso, na colaboração de agentes e meios pastoral” (CASALDÁLIGA, 1971:28).

Solidários a Casaldáliga, bispos da região Centro-Oeste e Nordeste publicaram notas criticando os órgãos do governo militar, infensos à exclusão dos posseiros em razão da implantação dos projetos econômicos da ditadura nas diferentes regiões do país. Eram os anos de 1972 e 1973 (SILVA, 2009:115.).

Entre 19 e 22 de junho de 1975, bispos da Amazônia Legal e do Centro-Oeste reuniram-se em Goiânia para o Encontro sobre terras e migrações na Amazônia Legal. Além dos bispos, havia 67 participantes entre padres e leigos comprometidos com a causa. Do encontro resultou um documento que decidiu:

1. Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária no nosso País, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham por este mesmo objetivo.
2. Criar uma COMISSÃO DE TERRAS que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, passa realizar, com agilidade, objetivos de interligar,

assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural, procurando divulgá-las em linguagem popular. Que ela promova também campanha de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos 10 milhões de famílias sem terras. 3. Que cada diocese, prelazia ou conjunto de prelazias, em ligação com a Comissão de Terras” se empenhe no seguinte: 3.1. Criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas consequências no planejamento Pastoral; 3.2. Organizar uma assessoria jurídica para tudo que se refere aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais; 3.3. Promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes da pastoral (CPT. *Boletim da Comissão Pastoral DA Terra nº 1*, 1975:7).

Naquele mesmo ano, a comissão foi formada e passou a ser chamada Comissão Pastoral da Terra, CPT, entidade vinculada à Igreja católica, comprometida com a luta pela reforma agrária, observada a legislação, em busca dos interesses dos “homens da terra”. De início, passou a divulgar a legislação agrária, de modo que seu público pudesse compreender, e a prestar assessoria jurídica aos trabalhadores rurais. Esses princípios foram premissas de ação observadas durante toda a história da CPT.

Figuram como fundadores da CPT nacional, os bispos Celso Pereira Almeida, de Porto Nacional (1972 a 1994), Tomás Balduino, de Goiás, GO (1967 a 1998), Pedro Casaldáliga, de São Felix do Araguaia, MT (1971 a 2005), Fernando dos Santos Gomes, de Goiânia, GO (1957 a 1985) e o religioso dominicano francês Henri Burin des Roziers, advogado da instituição. Esse foi “um núcleo” de “bispos comprometidos do Centro-Oeste” (DES ROZIERS, 2018:118).

No encontro de Goiânia foi estabelecido que o bispo do Acre dom Moacyr Grecchi seria o primeiro presidente da CPT. Em 29 de agosto de 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, reconheceu a CPT, que passou a ser uma das pastorais sociais⁴ da Igreja católica (CPT (1975). *Boletim da Comissão Pastoral da Terra nº 1*, e SILVA, 2009:116).

Em se tratando de uma comissão e não somente uma pastoral da Igreja, a instituição estava aberta a agentes de todos os credos ou sem eles. As CPTs regionais e suas subdivisões estavam “em torno de um bispo”, se bem “as equipes eram compostas por gente militante – quase sempre católicos, no entanto, com alguns protestantes, incluindo um pastor que fazia parte da equipe central, no início” (DES ROZIERS, 2018, p. 118). No entanto, por pressão de Roma e de “elementos católicos centralizadores, a

⁴ “Pastorais Sociais, no plural, são serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como, por exemplo, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante” (CNBB, 2001:8).

CNBB quis que a equipe central da CPT passasse a ser exclusivamente composta por católicos”. Mesmo assim, pastores evangélicos “permaneceram, de fato, associados à CPT” (DES ROZIERES, 2018:118).

Nas primeiras linhas do documento do Encontro de Goiânia, a defesa da reforma agrária é clara e enfática, bandeira, aliás, já levantada por membros da Igreja desde 1950, reforma aquela de caráter conservador e anticomunista, diferente da reforma pensada e defendida pelos religiosos da CPT mais “radical” que as anteriores.

Em setembro de 1950, o bispo de Contagem, MG, Inocêncio Engelke, promoveu a I Semana Ruralista, que contou com a presença de padres e fazendeiros. A propósito, o bispo publicou uma carta pastoral, intitulada “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, conclamando os fazendeiros a promover, com a Igreja, uma reforma agrária mediante questionamentos duríssimos sobre as condições de vida do camponês de então,

Ora, é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humana entre nós. Merecem o nome de casa os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? (ENGELKE, 1976:44, apud SILVA, 2003:50).

Se bem demonstrasse solidariedade e misericórdia pelos camponeses, o bispo “não disfarçava a grande preocupação política do clero naquele momento” com “a disseminação do comunismo entre os pobres do campo”. Ao propor “a reforma agrária” aos fazendeiros católicos, também os adverte: “antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja”, com vistas a barrar o avanço dos comunistas no controle dos sindicatos camponeses – “pelo menos até o início da década de 1960 os comunistas foram a força hegemônica no sindicalismo rural” (SILVA, 2003:50, 51, 56).

De fato, a reforma agrária proposta pelo bispo, que defendia a legitimidade da propriedade privada, direito a que os camponeses tinham, seria um movimento consentido pelos grandes fazendeiros brasileiros sem mexer na estrutura agrária concentrada no Brasil. Era um texto claramente inspirado na Doutrina Social da Igreja, fundada pela bula papal de Leão XIII, a *Rerum Novarum*⁵, em 1891, segundo a qual a

⁵ A *Rerum Novarum* (1891) é uma encíclica publicada pelo papa Leão XIII. Nela, criticam-se os baixos salários dos trabalhadores, prega-se a conciliação entre empregados e empregadores, defende-se a propriedade privada e critica-se o socialismo. Além dela, outras encíclicas e documentos da Igreja publicados ao longo do século XX vão contribuir para a formação de uma ala mais progressista, à esquerda na Igreja.

Igreja não deveria ficar alheia ao sofrimento dos trabalhadores de quem deveria se aproximar. A eles cabia criar suas próprias associações para evitar o avanço de “falsas ideologias” – socialismo, comunismo, anarquismo – e “para proteção dos – trabalhadores contra as injustiças sociais” (CARVALHO, 2019:117).

Além da carta pastoral de dom Engelke, outros documentos sobre reforma agrária foram elaborados pela Igreja entre os anos de 1950 e 1959. É o caso da carta pastoral “Antes, os problemas atuais”, assinada por 113 bispos, em 1951; o documento intitulado “A Igreja e a reforma agrária”, expedido pela CNBB, em 1954; e a “Declaração dos Bispos do Nordeste”, em 1959. Todos esses documentos defendiam a reforma agrária e a desapropriação controlada de terras improdutivas mediante negociação com seus respectivos donos, ou seja, uma reforma sem o “radicalismo” das ocupações, postura claramente compreensível à luz da *Rerun Novarum* que “aceita” o capitalismo e reconhece a propriedade privada como natural.

Mas os religiosos fundadores da CPT, combativos pela questão agrária, em 1975, tinham uma visão diferente dos religiosos dos anos 1950. Basta considerar o título da carta pastoral de dom Pedro Casaldáliga: “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Além do título, há duras críticas aos grileiros, que vendiam terras na prelazia de São Felix do Araguaia, e condenação à grande extensão das terras dos projetos econômicos que se instalavam na região.

As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A, com 695.843 ha e 351 m², que corresponde aproximadamente a 300.00 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Canabrava e maior também que o Distrito Federal, de propriedades de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA, Codeara, com área de 196.497,19 ha, Agropasa, com 48.165 ha, Urupianga, com 50.468 ha, Porto Velho, com 49.994,32 ha, e assim por diante (CASALDÁLIGA, 1971:9).

Em 1973, treze bispos do Nordeste assinaram um documento intitulado “Ouvi os clamores do meu povo”, em que denunciam a situação precária da vida do povo nordestino e as falhas nos “programas de acesso à terra”, da Sudene. Posicionam-se contra o capitalismo e em favor dos oprimidos; defendem a ideia de que já estava em curso a socialização dos meios de produção, o que restará tão somente ser aceito pela classe dominante (OLIVEIRA, 2015:45).

[...] o presente modelo de crescimento econômico, de resultados inúteis para a classe dos trabalhadores e oprimidos, visa desviar o nosso povo dos verdadeiros objetivos globais de transformação da sociedade. O processo histórico da sociedade de classe e a dominação capitalista conduzem fatalmente ao confronto das classes [...]. A classe dominada não tem outra saída para se libertar senão através da longa e difícil caminhada, já em curso,

em favor da propriedade social dos meios de produção [...]. O Evangelho nos conclama, a todos os cristãos e homens de boa vontade, a um engajamento na sua corrente profética (BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE, 1973, p, 59, apud COSTA, 2013, p. 1473).

As duras e diretas palavras de Casaldáliga contra o latifúndio e as críticas ao capitalismo, no documento dos bispos do Nordeste, expõem uma ala progressista da Igreja em formação no seio da Igreja, bem como sintetizam um conjunto de mudanças na sua doutrina social em franca ascensão desde os anos 1960. Basta lembrar a instalação das pastorais sociais como a CPT.

3.2 A formação da Igreja progressista no Brasil

A História da Igreja católica na América Latina é marcada pelo conservadorismo moral, político e ideológico (LÖWY, 2000:64). Mas, no período das décadas de 1960 a 1980, religiosos cristãos progressistas latino-americanos passaram a ganhar força no interior dessa Igreja e a se posicionar ao lado das classes exploradas.

Mudanças ideológicas mais recentes no seio da Igreja começaram em Roma, no século XIX, quando se fizeram concessões à sociedade burguesa irrevogavelmente vitoriosa em detrimento de sua secular postura intransigente pró-capitalismo, ao defender a conciliação entre capital e trabalho, a fim de impedir o avanço das ideologias de esquerda junto o operariado (LÖWY, 2000).

Ao abandonar sua postura intransigente em defesa do capitalismo, a Igreja se abre para um “catolicismo social”, que critica os excessos do capitalismo, mas não as profundezas constitutivas da burguesia (LÖWY, 2000:51). Esse “abrir-se” para um “catolicismo social” é trazido com a *Rerum Novarum* (1891).

À luz dessa encíclica, que conclama os católicos à aproximação das questões e questionamento dos problemas sociais, cria-se a doutrina social da Igreja. A encíclica *Quadragesimo Anno*⁶, por sua vez, vai estabelecer os valores cristãos como únicos recursos para superar os problemas sociais e o socialismo, como inimigo, e, em razão disso, vai incentivar a criação da Ação Católica.

Some-se à publicação de documentos papais críticos à excessiva desigualdade social, desde o final do século XIX até os anos 1960, a devoção popular sincrética entre seus fiéis e a ascensão da ideologia socialista na América Latina que se via como “capitalismo dependente, pobreza em massa, violência institucionalizada”. Esse contexto cria as condições sociais necessárias para a formação de um cristianismo progressista nos países latino-americanos e no Brasil (LÖWY, 2000:55).

⁶ Encíclica publicada em maio de 1931 pelo Papa Pio XI.

A ascensão da Igreja progressista no Brasil data mais precisamente de 1935. Sob orientação do Papa Pio XI, o bispo do Rio de Janeiro, Sebastião Cintra, criou a Ação Católica, instituição que visava expandir-se como um braço da Igreja junto o laicato, em todos os ambientes de sua vida, com o objetivo de barrar o recuo do catolicismo e preparar sua retomada (KORNIS,, 2001; SOUSA, 2006:42).

Com esse objetivo expansionista nas décadas de 1950 e 1960, a Ação Católica brasileira ganhou diferentes ramificações voltadas para grupos sociais: Juventude Agrária Católica, JAC, Juventude Estudantil Católica, JEC, Juventude Independente Católica, JIC, Juventude Operária Católica, JOC, e Juventude Universitária Católica, JUC (MACIEL, 2019; KORNIS 2001).

A virada progressista da Ação Católica deu-se nos anos de 1960, quando o Brasil mergulhou numa profunda crise política, que desembocaria no golpe civil-militar de 1964. Enquanto trabalhadores do campo e da cidade se organizavam, as elites impediam a posse de João Goulart como presidente, depois da renúncia de Jânio Quadros. Nesse contexto, a JEC e a JUC passaram a promover debates políticos internos e a se posicionar pela transformação radical da sociedade brasileira (Löwy, 2000:103).

Entre os anos de 1962 e 1963, a JEC intensificou sua atuação política junto o movimento estudantil secundarista e passou a disputar a liderança nas instituições estudantis máximas: União Brasileiro dos Estudantes Secundaristas, Ubes, e União Nacional dos Estudantes, UNE (MACIEL, 2019:189). A JUC engajou-se na luta estudantil universitária, aliada à juventude do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, com vistas a promover reformas políticas no interior da UNE. Posicionaram-se a favor da luta do operariado, dos sindicatos e dos camponeses, nas Ligas Camponesas, a favor da nacionalização do setor de produção e da socialização das terras (CRUZ, 2000).

Ato contínuo, bispos católicos tentaram sufocar e desautorizar a conduta de membros da JUC, o que os levou a deixar suas fileiras e fundar a Ação Popular, AP,. Eram 1962. Tratava-se de um movimento político não confessional, que se afastou-se da Igreja e do cristianismo e se aproximou do socialismo. Muitos dos seus militantes engajaram-se no PC do B (LÖWY, 2000:139-140).

A JOC, por sua vez, também se posicionou politicamente.

Em Osasco, no início da década de 1960, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), com apoio da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), realizava seu trabalho junto aos operários. Isso era feito através de palestras sobre a legislação trabalhista, discussão sobre a vida do trabalhador, problemas das fábricas (JESUS, 2006:366-367).

Instalado o golpe de Estado de 1964, as JEC, JUC e JOC foram duramente perseguidas com seus aliados camponeses e operários. À frente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, bispos conservadores declararam apoio ao golpe e disciplina à juventude católica. Em razão disso, as ramificações da Ação Católica esvaziaram-se e perderam sua influência política junto a juventude (MACIEL, 2019:189-190).

Nos idos de 1967 e 1968, o posicionamento político chegou ao clero. Em face do enrijecimento da repressão pelas forças do Estado, padres dominicanos, religiosos e religiosas e até bispos passaram para a oposição à ditadura civil-militar. Notadamente, os dominicanos passaram a acoitar e proteger militantes da Ação Libertadora Nacional, ALN (LÖWY, 2000:141-142).

Chegavam aos ouvidos da CNBB notícias de violentas seções de tortura em delegacias e prisões da ditadura, inclusive contra padres, religiosos, religiosas, seminaristas engajados ou não na oposição política contra a ditadura. Tinha chegado hora de ela retirar seu apoio ao regime militar e manifestar-se publicamente contra ele.

Não faltaram bispos que o fizeram, notadamente os que nutriam solidariedade real e indignação profunda contra a situação dos povos oprimidos, atentos a novas correntes teológicas progressistas de origem francesa e alemã às críticas ao capitalismo. Paralela e concomitantemente, esses bispos progressistas ascendem aos quadros da CNBB. Jesuítas, franciscanos, dominicanos franceses, espanhóis, estadunidenses, engajados na causa dos excluídos e na luta em defesa dos mais pobres, vêm para o Brasil com o objetivo de trabalhar em comunidades longínquas e periféricas. (LÖWY, 1991).

Dominicanos e jesuítas assessorados por intelectuais sociólogos, economistas, juristas, embrenhavam-se nos textos marxistas, que contribuíram fundamentalmente para mudanças paulatinas de perspectiva política na Igreja do Brasil e serviram de inspiração para documentos publicados por bispos e fundamentos para a formação da Teologia da Libertação, no Brasil e na América Latina.

Ela foi a base das pastorais sociais que vieram depois de 1970. Consistia num conjunto de textos escritos por teólogos, com claro viés marxista, mediante o qual analisava-se a realidade precária latino-americana, mesclados com textos bíblicos, cartas papais progressistas e textos teóricos.

O termo Teologia da Libertação apareceu pela primeira vez no livro *Teologia da Libertação: perspectivas*, do teólogo peruano jesuíta Gustavo Gutiérrez, em

1971,.Nele, faz duras críticas ao dualismo cristão – temporal e espiritual ou sagrado e profano – e em favor de apenas uma única realidade: “humana e temporal”. É nela em que se deve realizar o Reino de Deus. E a realização desse reino de Deus, na realidade humana e temporal, significa romper com o estado de coisa que se via na América Latina,

Apenas uma destruição radical do presente estado de coisa, uma transformação profunda do sistema de propriedade, a chegada ao poder da classe explorada, uma revolução social porão fim a essa dependência. Só elas permitiram a passagem para uma sociedade socialista [...] (GUTIÉRREZ, 1974:39-40, apud LÖWY,1991:41).

A partir da mesma década de 1970, teólogos brasileiros progressistas. – Leonardo e Clodovis Boff, Rubem Alves, Hugo Assaman, Carlos Mester – também fizeram publicações no mesmo teor, sob a inspiração do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das segunda e TERCEIRA Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, Celam, realizadas, respectivamente, em Medellín, na Colômbia, entre 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, e em Puebla, no México, entre 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

[O Concílio Vaticano II] pode ser definido, portanto, como uma série de reuniões de bispos com o intuito de alinhar a Igreja Católica com os “novos tempos”. A ideia central desse Concílio era modernizar a Igreja, reconectá-la com os seus fiéis, que vinham, pouco a pouco, se afastando. Por isso, diferentemente dos Concílios anteriores, marcados por anátemas e condenações em matérias de fé e moral, o Vaticano II foi chamado de “Concílio pastoral”, pois visava a construção de um diálogo mais aberto com a sociedade (COUTINHO, 2022, n.p.).

Ao analisarmos o Concílio Ecumênico Vaticano II em suas quatro constituições, em seus nove decretos e em suas três declarações, percebemos que esse Concílio representa umas das mais importantes e profundas reformas da História da Igreja Católica, bem como inaugurou uma nova fase para essa instituição, sendo esta marcada pelo diálogo intra e extramuros do Vaticano. As diretrizes conciliares resultaram no estabelecimento de um compromisso social da Igreja e sobretudo na reafirmação da opção preferencial pelos mais pobres (FEITOSA, 2019, n.p.)

Os documentos conciliares publicados pelo Vaticano II promoveram várias modificações no seio da Igreja.

As missas deixariam de ser rezadas em latim e passariam a ser rezadas nas línguas de cada país. Passou-se ainda a aceitar que seria possível conhecer Deus e a salvação em outras religiões. Outra novidade diz respeito à posição da Igreja em relação aos meios de comunicação de massa. A Igreja deixa de julgá-los para entendê-los como ferramenta a favor da evangelização. Por outro lado, algumas coisas não mudaram. A Igreja, por exemplo, continuou condenando o aborto e o sexo antes do casamento, mesmo em meio aos debates sobre liberdade sexual. Ela também continuou refratária tanto ao capitalismo quanto ao comunismo (Coutinho, 2022, n.p.).

Dentre as ideias mais significativas do Vaticano II, prepondera a da “opção preferencial pelos pobres”, a necessidade de engajamento da Igreja à causa dos

socialmente excluídos, mediante a valorização do “diálogo inter-religioso e ecumênico”, a modificação da “liturgia pra torná-la mais acessível ao povo” e da “necessidade de mudanças nas estruturas de um sistema gerador de injustiças sociais” (FEITOSA, 2019).

Na América Latina, a reverberação do Concílio buscou “desenvolver formas para a aplicação concreta do espírito conciliar na luta pelos Direitos Humanos, na inclusão social de grupos marginalizados e na luta por Justiça Social e Paz” (FEITOSA, 2019, n.p.). A “opção preferencial pelos pobres” resultou em posicionamento e lutas de religiosos engajados que os levaram até a morte, “como: dom Oscar Romero, dom Enrique Angelelli, Irmã Cleusa, padre Ezequiel Ramim, padre João Bosco Burnier, padre Rutilio Grande, padre Gabriel Longueville, padre Josimo e tantos outros” (FEITOSA, 2019;n.p.).

No Brasil, os documentos conciliares foram implementadas pela CNBB, cujas diretrizes foram traçadas pelo Plano de Pastoral de Conjunto, PPC, que versava sobre a aplicação das conclusões do Concílio na vida cotidiana da Igreja. Eles geraram “um rico processo de interação entre ciências sociais, teologia e pastoral, que inspirou posteriormente o método e muitas das melhores intuições da Teologia da Libertação⁷, durante os anos 70 e 80” (BEOZZO, 2005:12).

Em 1968, a Celam, em Medellín, reafirmou a “opção preferencial pelos pobres” do Vaticano e estabeleceu um novo método de lidar com a realidade social da América Latina: o método “ver-julgar-agir”. Ao se engajar na causa dos pobres, o agente pastoral deveria, primeiro, fazer uma análise da realidade, o que levou muitos deles a recorrer a estudos de História e Ciências Sociais. Conhecida a realidade, o que fazer para solucionar a situação? Julgá-la circunstancialmente para depois agir de fato sempre voltados para a transformação da realidade dos mais pobres (PANASIEWICZ, 2018).

Medellín foi, sem dúvida, o Vaticano II da América Latina. Mais avançado que o Vaticano II, porque no Vaticano II a opção pelos pobres foi de uma minoria quase clandestina, comandada por Dom Helder Câmara. Medellín fez a opção pelos pobres, Medellín fez a opção pelas comunidades, Medellín fez a opção pela militância, a partir da fé. Eu digo sempre: que, em toda a história da Igreja de América Latina e Caribe não tem tido nenhum acontecimento como Medellín. É o nosso Pentecostes!

Repetiu-se o milagre do Concílio: temos grandes textos, que servirão de esplêndido ponto de apoio para tudo o que há de urgente e importante a empreender na América Latina. Tornou-se impossível,

⁷ Ao utilizar a expressão “instituições da Teologia da Libertação” o autor que se referir às pastorais sociais que vão surgir nos anos de 1970 e 1980, como a Pastoral da Terra.

honestamente, chamar-me de subversivo e comunista, sem, ao mesmo tempo, taxar de subversão e comunismo toda a Hierarquia Latino-Americana (CÂMARA, 2013:237).

“Medelín teve, para minha vida, uma influência de irrupção do Espírito de Deus, com muita clareza sobre a oportunidade para nosso continente das perspectivas do Vaticano II, sobretudo no que toca o mundo dos pobres” (Tomás Balduino foi bispo de Goiás, GO (1967-1988) e um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário, Cimi e da CPT). (BALDUINO, *apud* GODOY; AQUINO JÚNIOR, 2017:22).

A “grandeza da Igreja brasileira é ter se definido em favor dos pobres” e a “opção pelos pobres é uma opção que sempre vivenciei”. A luta de que Des Roziers participou no Norte de Goiás o manteve “sempre [...] do lado daqueles que eram ameaçados”. Ao “se organizarem para retomar as terras, era preciso defendê-los, encontrar argumentos jurídicos. Eu era advogado dos pequenos” (DES ROZIERES, 2018:114-116).

Somadas, as conclusões do Vaticano II e da Celam, em Medelín, a “aceitação” do ecumenismo e da religiosidade popular inspirou a formação das pastorais sociais nos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina. Na Terceira Conferência Geral da Celam, em 1979, em Puebla, no México, a Igreja progressista reafirmou e fortaleceu a opção pela defesa dos excluídos.

No Brasil, em meados dos anos 1970, a esquerda armada brasileira lutava na mais completa clandestinidade, da qual muitos de seus militantes ou tinham sido mortos, ou estavam escondidos, presos e torturados nos “porões” da ditadura. Invisibilizada a esquerda armada, a ditadura elegeu um novo adversário: a ala progressista da Igreja católica que sobrevivera à perseguição de bispos conservadores e do regime (CODARIN, 2021).

Renovados os quadros da CNBB por bispos progressistas, nos mesmos anos de 1970, a instituição posicionou-se francamente contra o regime ditatorial e em defesa dos direitos humanos. A Igreja do Brasil passou a ser o “guarda-sol protetor” de militantes de esquerda, sindicalistas, intelectuais e camponeses que passaram a lutar em defesa dos Direitos Humanos e do fim da Ditadura (LÖWY, 2000:145).

Na base da Igreja, junto aos fiéis, bispos, padres, religiosos e religiosas passaram a fortalecer as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, formadas na década anterior para acompanhar as discussões do Concílio Vaticano II (1962-1965). Na zona rural e nas periferias das grandes cidades, onde não havia um pároco, leigos católicos

formavam grupos de oração com objetivos religiosos temporais e metas voltadas à organização das comunidades em prol de melhorias nas suas condições de vida

Delas nascem, sob os auspícios da CNBB, as pastorais sociais com atuação em campos específicos da vida social, a Pastoral Operária, em 1970, o Conselho Indigenista Missionário, Cimi, em 1972, a Comissão Pastoral de Terra, CPT, em 1975, a Pastoral da Criança, em 1983, a Pastoral da Juventude, em 1984, e a Pastoral Carcerária, em 1986.

3.2 A formação da CPT Regional-Araguaia-Tocantins

Depois da fundação da CPT Nacional, cuja sede passou a ser em Goiânia, processou-se a formação das CPTs regionais. Em 1975, uma equipe da CPT visitou a prelazia de Diamantina, MT, e a diocese de Goiás, GO, e fez as primeiras reuniões com os primeiros agentes (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT⁸ 1975:pp:8-9).

Em princípios de 1976, a regional Araguaia-Tocantins começou a ser constituída com agentes espalhados no Norte de Goiás, na Prelazia de São Felix do Araguaia, MT, e em Imperatriz, MA, que informalmente reuniam-se para discutir os problemas agrários da região (CPT, 1976:8-9).

Em entrevista, Jean Belinni, uma religiosa estadunidense, no Brasil desde 1980, da prelazia de São Felix do Araguaia, MT, que atuou como agente da CPT Regional Araguaia-Tocantins, contou: “Eu entendi, mas não conferi, que nos três lugares [São Felix do Araguaia, Sudeste do Pará e Norte de Goiás], logo depois do primeiro ano, dois anos, após a criação da CPT, quer dizer em 76 ou 77, o regional se constituiu”(BELINNI,2022, entrevista). Dom Moacyr Grecchi, bispo do Acre, foi seu primeiro presidente e nomeou o filosofo Ivo Polleto secretário da CPT.

Em 1977, em carta a dom Cornélio Chisini, bispo de Tocantinópolis, TO, Grecchi o informava de uma reunião realizada “nos dias 5 a 8 de maio”, em Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, quando se fez um "levantamento bastante minucioso da realidade das condições de vida e trabalho dos lavradores" na região.

[O grupo presente sentiu-se] em condições de afirmar mais a Pastoral da Terra nesta região, chegando a eleger uma equipe que coordenará esses trabalhos nesta região. Ela ficou assim constituída: D. Celso Pereira [bispo de Porto Nacional], Pe. Henrique M. Silva (Conceição), Pe. Atilio Berta (Tocantinópolis), Frei Rogerio Beltrami (Carolina), Pe. Canuto e Ana (NE de São Félix) e Ir. Luzia P. Marcon (Colinas-Miracema). (CPT Cedoc DTB, 1977a:1).

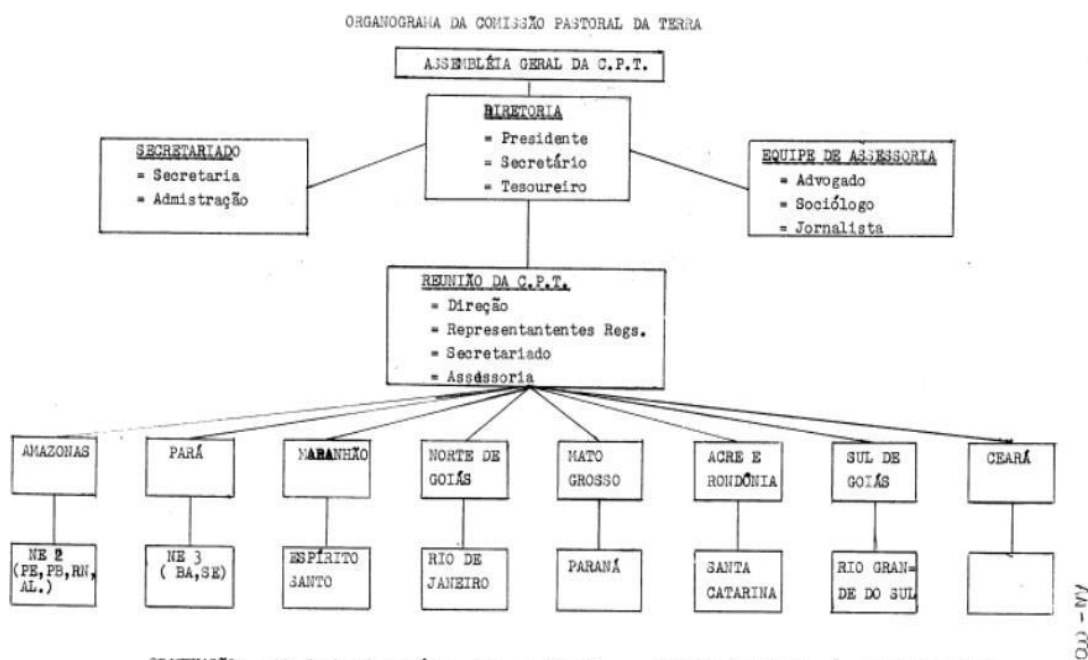
⁸ Em seguida, apenas CPT.

Em princípio de 1976, portanto, essa regional passou a existir oficialmente com as reuniões de seus agentes no Norte de Goiás. Em 1977 decidiu-se pela fundação de uma regional mais ao Norte de Goiás que resultou na CPT Regional Araguaia-Tocantins, sediada em Porto Nacional, sob a direção de dom Celso Pereira de Almeida, e compreendia as dioceses de Conceição do Araguaia e Marabá no Pará e a prelazia de São Félix no Mato Grosso. A coordenação geral, no entanto, ficou a cargo da Prelazia de São Félix do Araguaia que fazia circular informações e articular as equipes, respeitada sua autonomia, orientadas por seus (MATTOS, 2012:167; ALDIGHERI, 1993:93).

Mesmo sem fontes que identifiquem os agentes pastorais atuantes na regional, arquivo dão conta de um "encontro informal" que reuniu "agentes pastorais do Norte de Goiás, unidos com área de Imperatriz, MA, e Nordeste do Mato Grosso, prelazia de São Félix. Nela se discutiu sobre os problemas que mais traziam "sofrimento ao povo": o "problema do trabalho" e o "problemas da terra", foi a "resposta unânime" a que chegaram (CPT, 1976:8-9).

Em 31 de outubro de 1977, a CPT Nacional produziu um organograma do qual já constava a CPT Regional do Norte de Goiás.

Figura 2 – Organograma produzido pela CPT-Nacional



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Cedoc Dom Tomas Bauduino⁹, CPT Cedoc DTB, 1977.

⁹ Em seguida, apenas CPT Cedoc DTB.

Se bem já inscrita no organograma em 1977, a CPT do Norte de Goiás não tinha ainda seu estatuto próprio, equipe organizada de coordenadores e agentes locais e uma sede, que aconteceriam em 1979. A “institucionalização da CPT vai ocorrer com a criação de uma sede regional em 1979, na Diocese de Porto Nacional”, mas “os trabalhos pastorais já eram desenvolvidos anteriormente na região” (PEREIRA; LOPES, 2005:3). Seu primeiro coordenador foi dom Celso Pereira, bispo de Porto Nacional e um dos fundadores da CPT Nacional. Auxiliou-o desde o início, o dominicano Des Roziers, que relata sobre a criação de “uma equipe da CPT em Porto Nacional, com quatro agentes pastorais que acompanhavam os conflitos” (DES ROZIERES, 2018:119).

Com o tempo, a CPT da Dioceses de Porto Nacional vai estendendo seu trabalho, ganhado novas equipes e agentes pastorais para lhe dar apoio. Em 1980, já existia uma equipe da CPT na diocese de Tocantinópolis, liderada pelo padre Carmelo Scampa e pelo padre Josimo Tavares (ALDIGHERI, 1993:70).

Em entrevista, frei Xavier Jean Marie Plassat, dominicano francês, que trabalhou no Norte goiano em 1983 e em 1985, relata:

Inicialmente, no que diz respeito à CPT do atual Tocantins, podemos falar em sede entre aspas, era a casa do frei Henri e frei Minga, na casa do bispo, que servia como sede; não havia nenhum escritório, nenhuma estrutura, é exagerado falar de sede. Só Henri começava a organizar arquivos para cada conflito. Então é exagerado falar em uma sede embora não tivesse outra.

Entre 1984 e 1985, a CPT instalou-se e mudou sua sede para Gurupi, no Sul do atual Tocantins, onde “se cria uma casa onde moravam três ou quatro agentes que compunham a equipe. Na frente, um escritório com equipamentos para a secretaria e a administradora”.

A cidade de Gurupi está situada na grande artéria norte-sul entre Brasília e Belém. Gurupi estava “no meio”, a seiscentos quilômetros ao norte de Brasília. Porto Nacional era isolada, a cem quilômetros da estrada principal, por onde acontecia toda a circulação. Com a minha equipe da CPT, a gente se sentia longe dos eixos de grande trânsito. A gente circulava muito para o norte e para o sul, e era preciso ir primeiro até a estrada principal, atravessando morros e vales, por uma pista que, nos primeiros tempos, não era asfaltada. Nos estabelecemos em Gurupi e aí ficamos por vários anos. Quanto a mim, eu continuei a ir com grande frequência ao norte, acompanhando os conflitos da região do Bico do Papagaio (DES ROZIERES, 2018:129).

Primeiros agentes, Adilar Trindade Gomes Ferreira, que se tornaria advogada, na parte de administração, Sonia Costa, mais tarde um pouco o Sálvio, que foi colhido em Brasília onde trabalhava na PJ, chegou muito novo, e mais o Henri e uma irmã dominicana, que pertencia a uma pequena comunidade religiosa situada em Figueirópolis e que se chamava Maria Luiza Pantaroto. Outros residiam juntos, era como se fosse uma comunidade de CPT, uma comunidade de vida, quando eu visitei eles. Eu morei na casa deles (XAVIER JEAN MARIE PLASSAT, 2022, em entrevista).

Entre 1986 e 1988, já existia um casal de agentes em Sítio Novo do Tocantins, TO, onde montara um escritório. “Eu substituí esse casal. o Cláudio e a Eonise. Fui trabalhar lá, onde contratamos Pedro Ribeiro, que continua trabalhando conosco até hoje na CPT, em Araguaína, e uma menina de São Luiz, que era assistente social, a Rute” (PLASSAT, 2022, em entrevista).

De Gurupi, a CPT mudou-se para Paraíso do Tocantins, mais perto de Palmas, a capital em construção. “A ideia foi se aproximar dos centros nevrálgicos do poder”. Em 1998, a equipe de Sítio Novo do Tocantins, “resolvemos fechar o Bico do Papagaio e Paraíso e nos concentrar em Araguaína, por considerar que lá era uma área mais quente em termos de conflitos potenciais” (PLASSAT, 2022, em entrevista).

A CPT no Norte de Goiás teve atuação direta na luta pela permanência dos camponeses em suas terras. Não sindicalizados, quando do conflito com grandes fazendeiros, recorreram ao auxílio jurídico da CPT.

De “1979 a 1986, 61,43% dos conflitos pela terra” ocorreram em Goiás, “nos municípios do Bico do Papagaio”. “Goiás esteve sempre entre os cinco estados mais conflituosos” por questão agrária no Brasil, bem como em Porto Nacional, Almas, Peixe, Dianópolis, Gurupi (ALDIGHERI, 1993:54).

4 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DA CPT REGIONAL ARAGUAIA-TOCANTINS

4.1 O contato com os camponeses, a questão religiosa e a questão educativa

O contato dos agentes da CPT Araguaia-Tocantins com os camponeses se dava, seja quando os camponeses buscavam a pastoral para resolver conflitos para permanecer em suas terras, seja quando os agentes pastorais promoviam alguma atividade de cunho religioso ou não na zona rural. Quando os “conflitos estouravam, geravam feridos, expulsões; procuravam a casa do padre, ou das irmãs, ou da Igreja”. Houve momentos em que “existia um excesso de demanda”. Nessa situação, “teria que selecionar, às vezes, entre as várias situações, as que tinham alguma possibilidade de intervenção, na qual o protagonismo dos participantes fosse garantido ou mesmo alguma chance de chegar a algum resultado” (PLASSAT, 2022, em entrevista).

Regularmente, a relação entre agentes pastorais caracterizava-se pelo serviço aos camponeses de assistência jurídica, religiosa, de divulgação dos conflitos no entorno da região. Na maioria dos casos, no entanto, essa solidariedade ganhou mais força e significação quando da instalação de conflitos entre camponeses e fazendeiros com seus jagunços, nas fugas para as matas, na destruição de cercas entre camponeses e forças do Estado. Quando suas formas próprias de resistência contra a expropriação de suas terras já não surtiam mais efeitos e suas demandas alçavam o âmbito estatal, os camponeses recorriam à CPT.

Dentre as formas de resistência estava a luta “no fio da navalha” para colher o que é plantado. O relato da camponesa Emília, de Sete Barras, TO, toca e encanta quem lê,

Era um lugar maravilhoso. A gente trabalhava em mutirão e tinha muita fartura. Em 1973, a gente ouviu dizer que um tal político tinha comprado nossa terra. Seu capataz era João Cardoso, e quando botei os olhos nele já vi que não prestava. A primeira coisa que fez foi derrubar a mata para fazer a picada. Depois mandou a gente ficar fora e finalmente falou que a gente não podia voltar. Não tinha ninguém para ajudar e a gente não teve coragem de ficar ainda mais que vieram os pistoleiros para cá. Meu sogro disse que a gente não podia fazer nada e meu marido disse que iam tomar a terra toda. Disseram que a gente podia ficar com três alqueires. A gente tinha vinte e um.

Um dia o capataz disse: "Vocês não podem mais entrar aqui porque vamos colocar uma cerca". A gente nunca teve cerca por aqui. Ele disse que seria melhor a gente ficar longe da terra e não plantar mais arroz porque a terra era dele.

O dono do lugar nunca colocou os pés aqui. Morava em Araguaína. Quem ficava aqui era o gerente. A gente tinha que fazer alguma coisa, se não ia morrer de fome. Então nos esgueiramos na mata com treze famílias e fizemos nossas roças, às escondidas, e a gente plantou arroz, mandioca e feijão. A gente pensava que ia dar problemas, mas não deu em nada. Na outra safra,

mais gente se juntou e mesmo assim o capataz não fez nada. Então, de repente, ele mandou um recado para dizer que qualquer um que entrasse lá ia morrer. Nesse tempo tinha vinte e duas famílias, todas com suas roças plantadas. Trinta linhas.

Tinha um monte de coisa plantada: arroz, legumes, milho, feijão e mandioca. Um dia eles chegaram com documento de despejo e disseram que todo mundo tinha que sair. Disseram que a terra era deles. Obrigaram a gente a mudar, porque sabiam que, se ficasse, ia começar tudo de novo. Tiraram a gente de lá com todas as nossas coisas, galinha, porco, tudo mesmo.

Fazer o quê? As roças estavam todas plantadas. O gerente mandou botar capim em cima das lavouras. Lembro que disse para a gente: "Até agora vocês têm trabalhado nesta terra e eu tenho ficado fora. De agora em diante, será diferente. Eu que vou trabalhar na terra e vocês que vão ficar longe dela. Se vocês entrarem, não me responsabilizo pelo que possa acontecer".

Uma semana depois do despejo, João Cardoso mandou um bando de pistoleiros morar em uma das casas que era da gente. Vieram com caminhão coberto com uma lona e debaixo estava cheio de armas. Caixas e mais caixas de pólvora.

Assim a gente não podia chegar nas roças e estava ficando sem comida. Não tinha mais nada. E ninguém tinha coragem de entrar. Afinal de contas, ninguém quer morrer... Mas a gente estava morrendo de fome. Então eu disse: 'Vamos entrar e quebrar um pouco de babaçu. Pelo menos a gente terá o que vender'.

Pois é, menina, a gente estava aí, perto de toda aquela terra, sem poder usá-la. Fazer o quê? As famílias estavam passando fome. A gente tinha que dar um jeito.

[...] fui lá naquele dia mais a minha irmã, e levamos um cachorrão junto. A gente teve que passar perto da casa e lá tinha um pistoleiro deitado na rede. Quando viu a gente, começou a atirar para o ar. O cachorro correu, e minha irmã disse: 'Embora' Mas eu disse: 'Não, senhora, vamos em frente' E a gente foi, não que a gente quebrou muito babaçu naquele dia – não quebramos mais de uma lata. Mas no dia seguinte a gente voltou e pegou mais.

É o único lugar que dá babaçu por aqui, então voltamos a nos infiltrar, feito serpentes. Um dia demos com o gerente. Era um grandalhão, mas a gente foi falar com ele. A gente disse que tinha que quebrar babaçu e ele disse que não podia. Mas a gente continuou assim mesmo. Tinha que viver, né?

Os pistoleiros ficaram morando em uma das casas. Não tinham muito que fazer, então bebiam muito e atiravam nas garrafas ou nas mangas para praticar o alvo. No dia 15 de janeiro, aconteceu uma coisa maravilhosa. Milagre mesmo. Todos foram para uma outra casa assistir televisão e deixaram uma vela acesa em cima de uma caixa de papelão. A caixa estava cheia de armas revólveres, espingardas e caixas e mais caixas de pólvora. A vela queimou, queimou e então pegou fogo na casa! Começou tudo a explodir, parecia um tiroteio. Lembro que estava na casa de minha mãe e eu perguntei a ela. "Que barulho é este?" Respondeu "A casa do gerente pegou fogo".

A gente estava morrendo de medo de eles botarem a culpa em nós, mas o gerente confessou que foi ele que tinha deixado a vela acesa. A gente pensou que as coisas iam melhorar, porque os pistoleiros não tinham mais armas. Eles impediram que a gente entrasse nas roças e o arroz estava na hora da colher. Trinta linhas de arroz a gente não ia deixar que roubassem da gente. Meu marido foi dar uma olhada para ver o que estava acontecendo e, dito e feito, lá estavam eles colhendo o arroz. A gente se decidiu. Levamos vinte e três homens e partimos para cima dos pistoleiros, e a gente disse que o arroz era nosso e que era melhor eles saírem de lá. Queriam dividir a metade, mas a gente disse que ia ficar com tudo. Quando o gerente viu os vinte e três homens, ficou branco de medo. Ele não estava armado naquele dia, estava só de bermuda. Então a gente disse. "Até hoje você tem sido o patrão por aqui, mas de agora em diante a gente é que vai colher o arroz. Ele levou um susto

danado! Pediu para levar o arroz que tinha debulhado e a gente concordou porque achava que não era muito. Então a gente descobriu que ele tinha debulhado um montão! Mas a gente não voltou atrás. No dia seguinte, a gente chamou todo mundo do povoado, os homens, as mulheres, e até crianças, e a gente foi em direção aos pistoleiros e mandou eles embora daqui "Ninguém vai colher mais arroz nenhum daqui", dissemos. A gente trabalhou o dia todo e cada um juntou um saco. Ai a gente pensou: tem muito mais arroz para colher. Vamos entrar de novo, todo mundo junto, porque se a gente for sozinho eles vão nos pegar. A gente se reuniu e colheu tudo, guardou e dividiu entre nós. Veio gente de outras comunidades nos ajudar, um monte de gente.

O mais incrível foi que os pistoleiros nunca mais apareceram por aqui. No início a gente não podia acreditar, mas, conforme o tempo passou, começamos a nos sentir mais seguros. Até maio de 1986, nada tinha acontecido, nenhuma ameaça, nenhum pistoleiro. Então voltamos para a terra. E, graças a Deus, até hoje a gente está por aqui (BRETON, 2000;82-84)

O relato expõe uma das formas tradicionais de resistência dos camponeses contra o avanço de jagunços e fazendeiros. Quando expulsos, fugiam para resguardar suas vidas; quando famintos enfrentavam a dureza das matas fechadas ou a ferocidade dos jagunços, para retomar sua terra e suas produções.

Esses camponeses encontraram na pastoral um recurso a mais para enfrentar a luta pelo direito à terra. Para os agentes da pastoral, o camponês era um ser autônomo e protagonista da sua existência e resistência. Aos agentes cabia a mediação dos interesses dos camponeses junto os órgãos de justiça e demarcação de terras.

Não fossem os serviços de advocacia o “guarda-chuva” protetor que a instituição da Igreja lhes possibilitava, não teriam a visibilidade regional e nacional necessária para denunciar a ação repressora de agentes do Estado, de fazendeiros, pistoleiros, jagunços... na zona rural.

Em princípio, a ação mediadora da CPT se dava sempre se provocada pelos camponeses. Regularmente, os agentes se ocupavam em reunir os camponeses para conscientizá-los dos seus direitos, da necessidade de se organizarem em sindicatos e associações pela defesa de seus interesses. Apresentavam-se a eles e discutiam com eles modelos de estatutos sindicais para assentamentos.

As relação entre a CPT Araguaia-Tocantins e os camponeses mediava-se no âmbito religioso e político, de uma religião engajada na vida cotidiana deles, caráter constitutivo, aliás, da ação da CPT. Religiosidade não faltava, como em todo país católico, como a organização de romarias. Eram “celebrações com caráter político-religioso que têm por objetivo a denúncia e resistência dos camponeses ao capitalismo” (VALCARENGHI, 2013:61). “As romarias tradicionais procuram essencialmente o altar e o santo, as romarias da terra introduziram a “palavra”, a reflexão, incorporando

ritos e símbolos de outras religiões no universo católico. Mais do que confortar o coração, buscam a transformação da sociedade” (CORBARI, 2023).

Essas celebrações eram verdadeiras cerimônias religiosas engajadas, em que os camponeses romeiros participavam de discussões sobre problemas sociais e agrários, de procissões em que bradavam os nomes e os feitos dos mártires da luta pela terra (SOUZA, 2019).

A primeira romaria da terra do Araguaia-Tocantins foi para Tocantinópolis, GO, nos dias 7 e 8 de maio de 1988 em homenagem ao padre Josimo Tavares, assassinado dois anos antes, cujo tema, “firmes na terra, livres na raça”, não escondia o engajamento dos religiosos:

Figura 3– 1ª Romaria da Terra Padre Josimo.



Fonte: CPT. Cedoc DTB, 1988.

Na foto do cartaz, em que os camponeses carregam um tronco de madeira associada ao tema da romaria, parece transmitir a mensagem de que a permanências dos trabalhadores nas terras deveriam acontecer mesmo que isso exigisse o preço da cruz.

A segunda Romaria da Terra Padre Josimo, em 1990, também para Tocantinópolis, foi precedida de um tríduo de orações que deveria ocorrer nas comunidades, três dias antes da romaria propriamente, 27, 28 e 29 de abril de 1990. Sob o tema: “Vão para a terra que lhe mostrarei!”, os romeiros receberam com antecedência um livreto com as orações para o tríduo e a romaria.

Figura 4 – Livreto de orações para o tríduo em preparação à 2ª Romaria da Terra Padre Josimo



Fonte: CP Terra. Cedoc DTB, 1990).

A foto do padre Josimo lhe dá protagonismo entre os indivíduos reunidos para conversas. A sigla CEB, Comunidade Eclesial de Base, registra a disciplina e seriedade dos participantes para tratar de suas questões. Nas páginas do libreto, torna-se mais evidente a relação entre elementos da política pela reforma agrária e elementos das celebrações religiosas católicas. As orações transcritas no livreto são engajadas na transformação da concentração da terra.

A apresentação recomenda adoração ao sagrado e reflexão sobre os problemas da terra.

Nos dias 5 e 6 de maio de 1990, terá lugar a 2ª Romaria da Terra Pe Josimo, coincidindo com o 4º aniversário de sua morte. Será em Tocantinópolis, onde ele está enterrado. Esta comemoração será muito importante na caminhada do povo das regiões do Tocantins, Sul do Pará e Norte de Mato Grosso. Todas as dioceses e prelazias da região estão comprometidas na organização desta romaria, juntamente com a CPT Araguaia-Tocantins. Queremos que este encontro do povo sirva para: a) animar nossa fé, partilhar a experiência com outras comunidades; b) conhecer a situação da luta pela terra na região e denunciar as violências que o povo sofre; c) celebrar nossa esperança no Deus da Vida, assumindo compromissos concretos; d) preservar a memória do Pe. Josimo, que foi para todos o exemplo de compromisso evangélico na defesa do povo sofrido. (CPT. Cedoc DTB, 1990:2).

Os objetivos dos três dias de oração eram promover reflexões articuladas de maneira sincrética sobre a questão agrária; animar a “fé” e partilhar “a situação da luta pela terra na região e denunciar as violências que o povo sofre”, bem como celebrar a “esperança no Deus da Vida, assumindo compromissos concretos” (CPT. Cedoc DTB,1990:2).

No primeiro dia do tríduo de orações em preparação à romaria da terra, previam-se reuniões em pequenos grupos alternadas com orações e cantos religiosos, mencionando o sofrimento dos camponeses, a realidade da questão agrária e a memória do padre Josimo. No segundo dia, salientava-se a participação das mulheres na vida e na luta agrária. No terceiro, o compromisso dos cristãos com a luta política (CPT. Cedoc DTB, 1990).

O tema do tríduo de orações estava pautado pela citação bíblica “Eu vos darei uma terra que emana leite e mel”, tirada do diálogo entre Moisés e Deus, que instrui o profeta bíblico para que fuja do Egito com o povo judeu em direção à terra prometida. Essa citação bíblica, aliás, era o bordão sempre repetido pelo padre Josimo, que augurava como tal a região no Norte do Tocantins, o Bico do Papagaio

Irenir e Dona Maria Senhora relataram que Josimo era muito inteligente e fraterno, sempre dizia aos camponeses, especialmente às mulheres, quebradeiras de coco babaçu “estas terras do Bico [do Papagaio] são de todos vocês e que um dia produzirão leite e mel” (Souza: 2019:83).

As romarias da terra, portanto, também tinham a finalidade de fortalecer a consciência dos trabalhadores sobre a importância de lutar pelos seus direitos e pela terra, sempre à luz de uma visão política e religiosa progressista: a reforma agrária das terras sagradas que Deus deixara para todos era necessária. A ambição por elas é que as tornou objeto de negócio.

Canto da romaria da terra faz o povo reunir numa luta

Sem guerra nós lutaremos por tí
 A terra é sagrada, feita por nosso Senhor
 Ele fez e deu ao homem e também lhe ensinou
 que é nela que vivemos e a ela abençoou.
 E tão linda a natureza, é obra do criador
 e Deus fez a inspiração, o homem fez a plantação
 foi assim que começou.
 Mas no passar do tempo que o povo aumentou,
 começou a ambição e a terra negociou
 uns compravam e outros não, e à força eles tomou:
 fazendeiros e jagunços matando os trabalhadores
 e as suas famílias, que era dono, hoje vive no abandono
 sem suas terras ficou.
 Amigo trabalhador veja nossa situação
 nós queremos trabalhar e não temos condição
 a terra que era nossa hoje é toda do patrão
 desemprego na cidade, virou uma maldição
 precisamos nos unir e nós vamos resistir
 pôr a terra em nossas mãos (CPT. Cedoc DTB, 1990:3).

Se bem a atuação dos agentes da CPT fosse pautada pelo atendimento ao “excesso de demanda”, oportunidade em que testemunhavam mais dedicação às atividades voltadas para a luta em defesa dos oprimidos – fartamente registradas pela

historiografia –, as atividades de cunho religioso também faziam parte do cotidiano deles (Aldighier,1993; Le Breton, 2000; Silva,J. 2003 e 2009; Silva,M. 2011 Souza,E., 2019).

Mescladas à conscientização política, as celebrações religiosas eram voltadas à adoração ao Deus católico, sincretizadas com a religiosidade popular. Eram geradoras de crença e de sacralização dos líderes mortos e assassinados na luta pela terra, que passavam por uma “processual transformação em mártires da terra e/ou encantados” e tornavam-se “modelos de ação”. Esse foi o caso do padre Josimo. No imaginário popular, sua imagem foi sacralizada, como revelam memórias de romeiros e pinturas (SOUZA,E., 2019:39).

Figura 5 – Paineis no altar da igreja católica romana de Buriti do Tocantins, TO



Fonte: Souza,E., 2019:85.

Padre Josimo aparece baleado, nas escadas, calçado com chinelos, uma das características pelas quais é sempre lembrado e que faz referência à sua atitude simples e popular. A mão do atirador aparece no canto esquerdo da pintura, empunhando um revólver ao lado de um pacote rotulado com a sigla da moeda corrente à época CR\$, o Cruzeiro, fazendo referência ao fato de que pagaram pelo assassinato do religioso. Também são retratados Jesus Cristo segurando Padre Josimo por uma das mãos, um grupo de mulheres em procissão com a camisa de Padre Josimo ensanguentada, outro grupo de mulheres quebrando coco babaçu e um grupo de homens, trabalhadores rurais com enxada e foice. Há duas faixas com os escritos “terra de Deus, terra de irmãos” e “povo de Deus organizado”, que fazem alusão ao trabalho da CEBs naquele período, na região” (Souza,E., 2019:85-86).

As atividades educativas da CPT não se reduziam às celebrações religiosas. Notadamente, quando as reuniões versavam sobre organização sindical, uma vez que a “proposta política/educativa da CPT para a região do Médio Araguaia-Tocantins, objetivava a fundação de sindicatos” (Cruz,J.,2000:101). Era a oportunidade mais propícia de informar e estimular os camponeses das suas potencialidades políticas, bem como identificar lideranças entre eles que capitaneassem a formação de um sindicato. “Mobilizar os posseiros para a necessidade de criação do seu sindicato, visto como algo

novo e distante da realidade [deles], o que exigiu encontros e dias de ‘estudos’ sobre a história do movimento sindical e o papel do sindicato dos trabalhadores rurais”.

O agente da CPT era o “animador” da discussão, o transmissor dos conteúdos. Nas atividades formativas, utilizava como suporte pedagógico, cartilhas, cartazes, vídeos, *slides* produzidos pelos Centros de Educação Popular, Instituto de Formação e Assessoria Sindical (Ifas) e pela própria CPT” Essa metodologia foi aplicada em toda área de atuação da CPT, da qual constavam também cursos de formação sindical, com duração de quatro dias, com frequência bimensal, em Gurupi./TO, ou Goiânia./GO, para onde se deslocavam todas as “lideranças comunitárias” (CRUZ, J., 2000:103-104).

Além disso, as lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais, “acompanhados pela CPT Araguaia/Tocantins, participavam de atividades formativas com outras instituições”, “com o objetivo de discutir temas reivindicados pelas lideranças”. Faziam “parte do programa o Instituto de Formação e Assessoria Sindical, Ifas, o Instituto Brasil Central, Ibrace, e a CPT Regional de Goiás”. A “metodologia utilizada era a participativa” e os formadores vinham “especialmente do Sul e Sudeste” para isso. Os cursos versavam sobre os temas “Trabalho de Base, Curso sobre Comunicação e Expressão, Seminário sobre Socialismo e Curso sobre Comunicação” (CRUZ,J., 2000:104).

Propositalmente, as ações da Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins entrelaçavam os aspectos educativos, religiosos e políticos na luta em defesa dos direitos dos camponeses .

4.2 A mediação política feita pela CPT e o caso da Fazenda Penha, em Peixe, GO

Diante dos conflitos contra latifundiários, os posseiros procuravam a CPT e, no primeiro contato, a pastoral buscava entender o caso, ou um evento específico dentro da situação em conflito que gerou a busca da CPT Araguaia-Tocantins pelos camponeses. É possível verificar isso no caso da Fazenda Penha, em Peixe, GO. Entre 1978 e 1989, essa fazenda esteve em disputa entre a empresa Agropecuária Gurupi S.A., Agropig¹⁰ e posseiros donos de pequenos pedaços de terra na região. Depois de transformada em assentamento pela reforma agrária que afetou um total de 100 famílias de posseiros, no princípio. Documentação produzida pela pastoral, no entanto, dá conta de 130 famílias atingidas nos últimos anos da disputa. Dentre as terras pretendidas pela Agropig, havia também terras de comunidades remanescentes de quilombos ¹¹. “Parece

¹⁰ Em alguns documentos da CPT a sigla do nome da empresa vai parecer como AGROPIC, mas uma certidão da Junta Comercial de Goiás, citada no texto, a sigla é AGROPIG.

¹¹ Chamamos esse documento de relatório com apontamentos porque ele é um relatório completo do caso em questão. Até 13 de janeiro de 1980, o decimo segundo parágrafo e o vigésimo nono estão completamente tracejados, demonstrando, em nossa interpretação, que essas partes deveriam ser retiradas do relatório. Além dessas partes tracejadas nesse relatório, há ainda frases e palavras riscadas, indicando

que, já em 1857, tinham nesta área muitos posseiros; vários tinham escrituras no Registro Paroquial de Peixe. Todas as terras desta área eram terras devolutas”¹² (CPT AT, 1980:1-2).

A gênese do conflito entre a Agropig e os posseiros da Fazenda Penha tem início em 1958, quando “Adail Viana Santana, nesta época deputado estadual”, foi a Porto Nacional encontrar Aurelina Pinto de Cerqueira, “herdeira de posses das terras na Fazenda Penhas”. O deputado “a convenceu de lhe vender essas terras por uma quantia irrisória”, bem como “com o posseiro Benjamim Pereira Maia”, naquele mesmo ano (CPT AT, 1980:1-2).

As compras do deputado Adail Viana Santana foram feitas em seu nome e em nome da Cia. Nacional de Tecidos de São Paulo. Em 1960, “o Adail Santana vendeu metade das terras que ele adquiriu de Aurelina para a Cia Nacional de Tecidos” e, em “1969, a Cia Nacional de Tecidos vendeu a metade da área da Fazenda Penha, registrada no Registro Torrens, seja 6.166 alq., para a Cia Mercantil e Agrícola São Francisco de São Paulo, enquanto ela tinha só o direito de posse de 2.755 alq.”. Em 1970, “a Cia Mercantil e Agrícola São Francisco de São Paulo e Adail Santana venderam, cada um, uma metade da área da Fazenda Penha para a Agropig”. Mas a Agropig passou a “aparecer como a única proprietária dos 12.331 alq. da Fazenda Penha, enquanto, de fato, a Agropic, na realidade, recebeu só o direito de posse de 2.755 alq.” (CPT AT, 1980:1-2).

Numa certidão, solicitada pela CPT, e emitida pela Junta Comercial do Estado de Goiás, é possível verificar que o local de constituição da Agropig foi o Estado do Pará,

Encontrei arquivado sob o nº 52.3000282-6, de 31/03/71, certidão da Junta Comercial do Estado do Pará, referente ao arquivamento naquele Órgão, da Ata da Assembleia Geral de Constituição e estatutos sociais de AGRO PECURARIA GURUPI S/A, com sede em Belém-PA. à Rua O. de Almeida, nº 553, da qual consta a mudança da sede e foro para Gurupi-GO (CPT AT, 1980b:1. (g.o.).

O objetivo econômico da Agropig, estabelecido em suas assembleias, era “agricultura e pecuária em geral, especialmente a criação, engorda e abate de gado

que essas orações e palavras deveriam ser substituídas. As palavras riscadas carregam expressões substituídas, escritas a caneta, logo acima. Consideramos esse documento válido, pois comparando os dados do relatório com as certidões cartoriais presentes na própria pasta do caso AGROPIC, os dados sobre os alqueires em disputa e as empresas compradoras são precisos. Além disso, esse documento aparenta ser um relatório de circulação interna da CPT e, até mesmo as expressões tracejadas, facilmente lidas, são reveladoras da posição da CPT e seus agentes.

¹² Terras públicas, pertencentes ao Estado brasileiro.

bovino, frigorificação, industrialização e comercialização do boi e carne, bem como, de produtos afins e correlatos, madeiras e reflorestamento”, com um capital social de “CR\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros)” (CPT AT, 1980:5).

O que a Agropig, em seus objetivos pecuários, chamava de reflorestamento, na visão da CPT, era, na verdade, “desmatamento para plantio de babaçu para produzir álcool e óleo”, subsidiado “com aplicação de recursos próprios e com incentivo da Sudam” (CPT AT, 1980:1).

Na interpretação da CPT, a Agropig, sabedora da presença de posseiros na Fazenda Penha desde 1978, passou a aplicar a seguinte tática: “indenizar bem os posseiros ricos que muitas vezes não moram nas terras, e mal, os posseiros pobres que não sabem se defender”. Em 1979, “parece” que “mais de 100 posseiros saíram” e, em “janeiro de 1980, já tinham 2000 alq. derrubados e prontos para plantar, 2000 outros derrubados para criar gado” (CPT AT, 1980:1-2).

Figura 6 – Pedro Santos Cruz em sua posse na Fazenda Penha, em Peixe, GO



Fonte: Jornal *Opção*, 1980.

Além dessa estratégia para fazer prevalecer seus interesses, a Agropig não hesitou em usar a violência contra os posseiros remanescentes. pressionando-os com braços armados e invasões para forçá-los a vender suas terras. Um “grupo de posseiros trouxe a denúncia à Secretaria do Interior e Justiça”.

Estão sendo ameaçados pela AGROPIG S/A, que se diz proprietária de todas as terras ocupadas pelos posseiros, numa extensão de 14 mil alqueires. A empresa já invadiu a posse de vários dos moradores, humilhando, de acordo com a denúncia, e obrigando-os a venderem seus direitos a troco de ninharia. Para isso tem usado, além dos seus próprios jagunços, a polícia do município de Gurupi (Jornal *Opção*, 1980).

Em relatório, a CPT, depois de consultar dados de 1961, afirma que o “Registro Torrens diz que os adquirentes da Fazenda Penha”

são Adail Santana e sua mulher, a Cia Nacional de Tecidos, o Benjamim Pereira Maia e sua mulher, mas este Registro não indica a quantidade de terras adquiridas por cada um. Então, parece que os três adquiriram a totalidade de 12.331 alq., enquanto de fato a parte adquirida faz só um total de 2.755 alq (CPT AT, 1980b:5).

A interpretação jurídica da CPT, considerando que essas terras não eram escrituradas, entendeu que camponeses e Agropig eram apenas posseiros delas, ambos em posse de terras públicas. Nessa situação, um primeiro passo seria considerar grilagens de terras, “não falar mais de posse, mas de compras e vendas de terra”; num segundo, “o Registro Torrens” não indicava “a quantidade das terras adquiridas e deixa acreditar que tenham sido adquiridos os 12.331 alq. da Fazenda Penha”.

Esse documento é revelador de um procedimento adotado pela CPT, e esse procedimento consistia em elaborar relatórios para entender o conflito que começava a acompanhar. Na elaboração desses relatórios, o intuito da CPT era buscar dados de certidões em cartórios de registro de imóveis, mediante os quais se fizesse um histórico do caso. Que fossem anexados às certidões cartoriais, relatos dos camponeses envolvidos no caso (CPT AT, 1980:4-5).

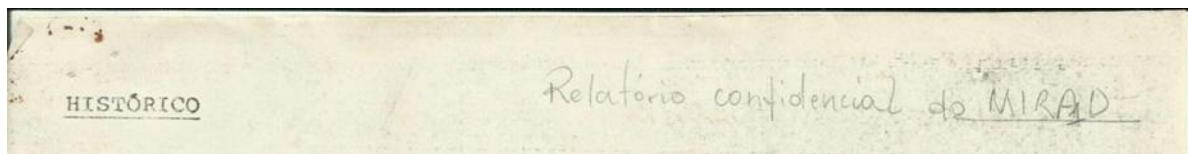
Em 4 de dezembro de 1980, os camponeses da Fazenda Penha, assessorados pelo jurídico da CPT conseguiram uma liminar de manutenção de posse, emitida pelo juiz de Peixe. Mas, em um relatório intitulado Pistoleiros em Açã, da diocese de Porto Nacional, de 8 de julho de 1981, denunciava-se que o posseiro Joaquim Rosa Filho, que tinha plantações na Fazenda Penha, tinha sido baleado, no mesmo dia 4 de julho de 1980, em sua casa, em Gurupi, GO, por uma quadrilha de pistoleiros da região, numa clara tentativa de “temorizar os posseiros e efetuar a limpeza da área” (CPT AT, 1981:4).

No dia 4 de julho próximo passado, estando reunida, debaixo de uma árvore no quintal de sua casa situada na Avenida Amazonas, esquina com a rua 22, a família de Joaquim Rosa Filho, este, sua esposa Dejanira e quatro filhos em conversa amiga com o pastor Newton Pereira dos Santos, sua esposa Isabel Pereira dos Santos, João Alves Junior e sua irmã, e ainda Madalena Oliveira, irmã de Joaquim, pelas 14 horas, encostou na casa um carro Opala, vermelho. Desceram quatro elementos, à paisana, entre eles Matanias Bezerra Cavalcante, seu irmão Adonias e Antônio Pereira de Souza (apelidado Antônio Norsego) e o quarto ainda não identificado, residentes todos em Gurupi e reconhecidos integrantes de uma quadrilha de pistoleiros a serviço de grupos econômicos da região. Ao chamado “Joaquim está aí?”, este mesmo respondeu e caminhou em direção a eles pelo quintal. Matanias perguntou a respeito da espingarda apreendida pelos posseiros a pistoleiros, dia 10 de junho passado, no conflito ocorrido entre a Cia. AGROPIG S.A, pretensa proprietária de 70.000 hectares, e os posseiros residentes no município de Peixe. Ao responder que a arma não estava em seu poder, Joaquim foi puxado pelo Adonias para entrar no carro. Já, nesse momento, todos os que se encontravam no quintal se tinham aproximado e a filha de Joaquim abraçou-o para impossibilitar que ele fosse levado pelos pistoleiros. Houve um momento de confusão. A esta altura, Matanias deu ordem de atirar, o que fez imediatamente Adonias, atingindo Joaquim no abdômen, com bala calibre 22. Em seguida, estando Joaquim já caído, recebeu outro tiro no ombro direito. Os quatro pistoleiros se retiraram imediatamente (CPT AT, 1981:1).

Joaquim Rosa Filho não faleceu, mas o escrivão da polícia relutou em registrar o caso antes de fazê-lo.

Num outro documento, intitulado Histórico e, a lápis, Relatório confidencial do Mirad, registra-se que agentes estiveram na região em 16 de abril de 1986. O documento faz um histórico completo do caso e demonstra, no corpo do texto, que ouviu os lados em conflito além de ter consultado documentos.

Figura 7 – Relatório confidencial do Mirad



Fonte: CPT AT,1986:1

O Histórico do MIRAD nos mostra a ineficiência do Estado brasileiro de resolver a situação, além dos ataques sofridos pelos posseiros. Mas também nos mostra que os camponeses reagiram, de maneira armada, à invasão de suas terras: em

[...] 8 de setembro de 1981, por volta das 13:30 horas, foi assassinado o tratorista Geraldo Rosa de Moraes, quando trabalhava num trator a serviço da AGROPIG, destacando uma área nas proximidades da “Fazenda Mato Grande”. Foram acusados como autores do crime os trabalhadores rurais Alfredo de Souza Melo, Emílio de Sousa Melo, Conceição Dias Pinto e Dias Carvalho e outros posseiros não identificados, segundo informações do Projeto Fundiário Gurupi (CPT AT,1986:22).

Na oportunidade, o bispo de Porto Nacional, dom Celso Pereira de Almeida e outros religiosos ligados à CPT foram levados a depor sobre o caso, uma vez apontados como incentivadores da contraofensiva pelos camponeses.

A CPT orientava os camponeses da Fazenda Penha que, a cada investida sofrida, relatassem o ocorrido por escrito, à máquina ou à mão, assinassem-no e o protocolassem em cartórios oficiais com firma reconhecida de quem a tivesse.

Ao que parece, esses pequenos relatos foram elaborados pela CPT Araguaia-Tocantins quando procurada pelos camponeses. Os posseiros relatavam alguma invasão de suas terras por tratores ou jagunços. A pastoral ouvia os camponeses e redigia um pequeno relato do caso que era utilizado em processos judiciais, nos relatórios sobre o caso elaborados pela própria CPT e em notas à imprensa nacional e regional.

Figura 8 – Relato de invasão assinado por camponeses

Nos abaixo assinados, Brasileiros, lavradores, residentes no município de Peixe, GO, declaramos:

Em 1979, os tratores da Companhia Agropig, invadiram a posse de Simão Dias de Carvalho, chamada Fazenda "Cabocera São Antonio", no município de Peixe, e derrubaram uma parte dela.

Gurupi, 2 de novembro de 1980

Raimundo do Hó

Darino Pereira Maia

Geneci do Hó do Espírito Santo

Domingos Respeito Ob!

Palarmino São da matado

Fonte: CPT AT, 1981:1.

Além da assessoria jurídica, a CPT empenhava-se em comunicar reiteradamente aos órgãos e instituições oficiais as ocorrências contra os camponeses, exigindo respeito às leis e celeridade na solução dos conflitos agrários.

[Apesar de] o Juiz de Direito de Gurupi e Peixe ter dado a sentença liminar favorável aos posseiros no dia 4 de dezembro de 1980; apesar de notificações e multas determinadas pela Justiça local contra a Agropig S.A.; apesar de várias denúncias à imprensa feitas pela Comissão Pastoral da Terra/ Araguaia Tocantins e pela Diocese; apesar de comunicações ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ao Comandante da Polícia Militar de Goiás, Cel. Anibal Coutinho, ao delegado da Polícia Federal de Goiás, Domingos Passerini; apesar de promessas do ministro da Justiça, em telegrama enviado ao bispo da Diocese, a 15 de junho de 1981, garantindo tomar providências, a Agropig S.A. continua na resoluta decisão de invadir as terras dos pobres. Grupos de pistoleiros armados estiveram presentes na área, ameaçando e intimidando os posseiros. Até o momento, não se viu nenhuma providência tomada pelas autoridades e nenhuma punição e prisão efetuada para punir os verdadeiros responsáveis pelos crimes ocorridos e pelo desrespeito à Lei e à Justiça (CPT AT, 1981:4).

Se houve ou não os resultados esperados por esse tipo de pressão feita pela CPT, com o objetivo de manter os posseiros em suas terras e sufocar a violência na Fazenda Penha, pouco se sabe. De fato, a pastoral chegou a receber uma resposta do ministro da justiça, Ibrahim Abi-Ackel, resposta essa que não alterou em nada aquele estado de coisas.

De acordo com o relatório do Mirad, Histórico, de 1986, sabe-se que em 1982 houve uma trégua nos conflitos: a “inexistência de documentos retratando a questão, durante o ano de 1982, pode ser interpretado como sendo um período de trégua entre as partes conflitantes”. Talvez se possa “relacionar esta suposta trégua deste período às eleições ocorridas no referido ano”, se bem os camponeses não tenham sido consultados. Ao cruzar a hipótese do relatório Mirad com os relatórios da Pastoral da Terra, tudo indica que em 1982 não tenha havido casos de violência (CPT AT, 1986:27).

Em 1983 não houve “registro de violência marcante, pois não se verificaram registros de denúncias por parte dos posseiros, entidades representativas ou de apoio, através de jornais ou notas dirigidas ao público em geral”, diz o mesmo relatório do Mirad. “Acrescente-se que, provavelmente, a ação dos órgãos fundiários – Meaf, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e Incra –, de certa forma, contribuíram para acalmar os ânimos das partes”, em razão da violências dos anos anteriores. (CPT AT, 1986:27).

Em 1983 foi publicado o Decreto 88.774, de 28 de setembro, que desapropriou a região da Fazenda Penha para reforma agrária,

Dispõe sobre a fixação de área prioritária, para fins de reforma agrária, no Município de Peixe, Estado de Goiás. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições [...] DECRETA: Art. 1º. Fica declarada prioritária, para fins de reforma agrária, a área situada no Município de Peixe, no Estado de Goiás [...] Art. 2º. A área prioritária, declarada no artigo anterior, ficará sob a jurisdição da Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, com sede em Goiânia, no Estado de Goiás. Art. 3º. Será de três anos o prazo de intervenção governamental na área a que se refere o art. 1º, podendo ser prorrogado. Art. 4º. Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA objetivarão, preferencialmente: a) reformulação da estrutura fundiária da região; b) criação de 300 (trezentas) unidades familiares; e c) organização de uma cooperativa. Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 28 de setembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República. JOÃO FIGUEIREDO. Danilo Venturini (Brasil, 1983).

Postas as terras sob jurisdição da Coordenadoria Regional do Incra, de Goiânia, GO, previsão de criação de 300 propriedades de agricultura familiar e organização de uma cooperativa e dada a amplitude do decreto, abriu-se margem para questionamento tanto dos posseiros quanto da Agropig. Em razão disso, foi publicado, no mesmo dia, um novo decreto, o 88.775, que manteve a delimitação cartográfica da terra desapropriada, reformulou o preâmbulo e os artigos primeiro, segundo e terceiro, deixando em parágrafo único as delimitações cartográficas da terra (Brasil, 1983)

O que diferenciava os dois decretos? Um dos objetivos do primeiro era criar 300 unidades familiares, que já não constava do segundo, bem como foram excluídos a desapropriação de animais (semoventes), máquinas e implementos agrícolas. Com essas alterações, a Agropig resguardou suas animais e maquinários. A desapropriação da Fazenda Penha passaria a ser parcial, não total, totalidade que veio a ocorrer em 1988 mediante portaria ministerial.

Pesem a desapropriação decretada e a indenização paga por suas terras, a Agropig continuou a pressionar os posseiros da Fazenda Penha. Em 14 de setembro de 1984, o “empregado de uma posseira é sequestrado no escritório da Agropig, em Gurupi, pelos gerentes da Agropig (Dr. Manoel) e por seus pistoleiros, inclusive o Joel Bezerra”, dá conta um relatório intitulado Conflito da Agropig, município de Peixe, GO, de 28 de setembro de 1984, elaborado pela CPT Regional Araguaia-Tocantins (CPT AT, 1984:1). E em 19 de setembro de 1984,

o posseiro Domingos da Cruz dos Santos é assassinado pelo Pistoleiro Joel Bezerra, quando estava andando com sua burra na mata. Depois de terem sido mortos, o corpo do posseiro e a burra foram queimados. O Joel estava acompanhado, na hora do homicídio, pelo pião da Agropig, Sérgio Lobo da Castro. Desde março de 84, Domingos e seu irmão Pedro estavam ameaçados de morte pelo gerente da Agropig (Manoel) e pelo Joel Bezerra (CPT AT, 1984:1).

E conclui: o "Gerente Manuel, acompanhado por vários pistoleiros, está atacando os posseiros, inclusive o posseiro Raimundo, que veio avisar a polícia de Gurupi".

A sanha da Agropig em expulsar o máximo de camponeses intencionava conseguir o máximo de dinheiro possível do governo federal pela desapropriação, uma vez que, dispostos a lutar contra qualquer pagamento à empresa, muitos posseiros não reconheciam as posses dela na região e queriam as indenizações de desapropriação para si. Em setembro de 1983, os camponeses entraram na justiça com um "pedido de medida cautelar" para "impedir o pagamento das indenizações à Agropig: os donos são os posseiros que têm mais de 20 anos" (CPT AT, 1984:1).

Em documento assinado por posseiros, em primeiro de março de 1985, endereçado ao governador de Goiás e às autoridades federais, eles afirmam que nos "últimos dias de fevereiro, os pistoleiros da companhia queimaram a casa do neto do Sr. Regino, com todos os seus trens. Eles quebraram também a cerca de arame (8 bolas) na posse do Sr. Pedro da Cruz do Espírito Santo" e ainda "araram o terreno" (CPT AT, 1985a:1).

Em 11 de março, uma declaração firmada com seu polegar, o camponês Abel Pinto Cirqueira relata:

Eu, ABEL PINTO CIRQUEIRA, brasileiro, viúvo, lavrador, residente na Cabeceira do Córrego Felix, na margem direita do Rio Tocantins, Município de Peixe, GO, declaro: No. dia 8 de março de 1985, Joe Naves, Dr. Celso e muitos trabalhadores da Firma Agropig invadiram com tratores as posses dos meus irmãos Alexandre Pinto Cirqueira e Messias Pinto Cirqueira. Com os tratores; o pessoal da Firma abriu rego para plantar caju, em mais ou menos três alqueires das posses dos meus irmãos. Meus irmãos e eu (que tenho 72 de idade) nascemos nessas terras. Minha mãe Vitalina Francisca Azevedo também nasceu lá. Meus irmãos ganharam na justiça uma liminar de Manutenção de posse, juntamente com muitos outros posseiros, no dia 04 de dezembro de 1980. Mesmo assim, a Firma está continuando a invadir as posses (CPT AT, 1985:1).

A pressão preferida da Agropig contra os posseiros era entrar, invadir as propriedades dos lavradores, quebrar as cercas, queimar as casas, desmatar o cerrado, gradear as terras e plantar, com o objetivo de garantir a posse da terra.

Em relatório, o próprio Mirad aponta que, em "decorrência da indiferença da Agropecuária Gurupi S.A, para uma solução pacífica do conflito agrário" na Fazenda Penha, onde 43 famílias ficaram fora da área desapropriada, e em razão dos "sucessivos desmatamentos indevidos", os posseiros continuaram a denunciar a Agropig por registros em cartório. Numa declaração de 8 abril de 1986, o camponês José Pereira dos Santos "denuncia as invasões e desmatamentos realizados pela Agropig nos dias 27/03 e

04/04, nas posses do Srs, Otacílio e João Paulo Alves Barros ‘Canário’” (CPT AT, 1986:44).

Consta do mesmo relatório do Mirad que, na Fazenda Penha, havia, sim, posseiros com grandes quantidades de terras que dispunham de quadro de trabalhadores, também posseiros de parcelas pequenas do terreno,

As posses possuem áreas diferentes que variam entre 90 (noventa) e 1.210 (um mil duzentos e dez) hectares, sendo que essa variação dá-se em função das atividades desenvolvidas por família, da área utilizável durante todo o ano, do número de pessoas na família, considerando os filhos que se casam e continuam morando junto com os pais e, a fertilidade do solo, etc. (CPT AT, 1986:30).

A presença de funcionários do Mirad não resultou necessariamente no fim das investidas contra os posseiros. Pelo contrário. Em 1987, registraram-se novas pressões por parte de agentes públicos aliados a pistoleiros. No princípio daquele ano, trabalhadores sem-terra ocuparam terrenos vazios na Fazenda Penha, o que foi suficiente para que agentes do IBDF¹³ e jagunços da região os expulsassem.

Em declaração de 31 de agosto de 1987, reconhecida em cartório e assinada¹⁴, os declarantes narram:

No dia 26 de agosto de 1987, o Srs. Antônio Matos de Alencar, João Rodrigues e João de Lima Neto, funcionários do IBDF de Goiânia, acompanhados por Divino Bezerra, vulgo Divinão (irmão do Joel Bezerra que assassinou, em 1984, o posseiro Domingos da Cruz do Espírito Santo) e por um indivíduo que era chamado pelo nome de Bitar, estiveram na área da Fazenda Agropig, ocupada há alguns meses por muitos lavradores sem terras da região. Eles invadiram casas, reviraram malas, carregaram carne de vaca pertencente aos posseiros e ameaçaram dizendo que todas deveriam sair por bem ou por mal. Aprenderam todas as armas, facas e facões que encontraram. Para apreender as armas, eles invadiram casas fechadas, sem que os ocupantes estivessem em casa. [...] No dia 28 de agosto de 1987, os mesmos três funcionários do IBDF, mais duas pessoas que também se diziam do IBDF, acompanhados pelo Divinão, pelo indivíduo chamado Bitar e mais 4 “funcionários da Agropig”, despejaram mais ou menos 60 famílias de posseiros novos. Todos estavam amarrados (*sic*): funcionários do IBDF, funcionários da firma. O indivíduo que era chamado de Bitar estava armado com revólver 22 que tinha sido apreendido no dia 26. Não foi apresentada nenhuma ordem judicial e quando quaisquer posseiros perguntavam para os agressores se identificar, eram logo xingados. Doze famílias foram transportadas numa Mercedes Azul (caminhão), com placa de Paraíso do Norte, GO, até o povoado de Goianorte, município de Natividade, e despejadas no barracão da Igreja, com todos seus pertences [...]. Os funcionários do IBDF usavam um fusca do próprio IBDF. No despejo, além do caminhão Mercedes azul, foi usada uma F-4000 e um fusca branco. As outras famílias foram obrigadas a retornar às suas cidades de origem. (CPT AT, 1987:1-2).

¹³ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão federal criado em 1966.

¹⁴ José Carlos Dutra, Leoni Ortiz da Silva, Aurino Holanda Montenegro, Antônio Dias Ferreira e Lázaro Veloso de Faria, e os agentes pastorais, Adilar Daltoé e Antônio Savio Barbalho do Nascimento, como testemunhas.

Ato contínuo, a CPT, em ofício ao deputado estadual de Goiás, Carlos Rosemberg, em 24 de setembro de 1987, denuncia que o IBDF estava concedendo autorização para desmatamento e plantio apenas àqueles que tivessem o título de sua terra e aplicando multas aos posseiros que desmatassem (CPT AT, 1987).

Em ofício enviado a João Raimundo, Delgado Regional do IBDF de Goiás, o posseiro Josué Figueiredo Carvalho afirma:

Fui multado pelos agentes do IBDF no dia 02/10/1987 por ter derrubado a mata para plantar minha roça de subsistência como faço cada ano. Há 16 anos sou posseiro na fazenda Serragem, Município de Peixe, plantando minhas roças cada ano na mesma área e nunca o IBDF se manifestou [...]. Como podemos viver sem plantar nossas roças? Até não recebermos os títulos como vamos fazer? Vai ser o IBDF quem vai nos alimentar? Não podemos ficar sem plantar roça! [...] venho requerer anulação da multa que me foi aplicada (CPT AT, 1987:1).

Em face das muitas e reiteradas denúncias dos posseiros a quem de direito, a respeito dos atos de violência contra eles, seja da Agropig e jagunços, que se juntavam a ela, seja de agentes do Estado, mais recentemente, as polícias de Gurupi procederam morosamente para investigar a responsabilidade pelos crimes.

Em 1988, enfim, o conflito entre a Agropig e posseiros da Fazenda Penha começou a se encaminhar para uma solução final. Mediante portaria ministerial (/Mirad/BR/nº 959/88, de 12 de julho de 1988), toda a região foi desapropriada. Em 1989 foi criado um assentamento da reforma agrária por outra portaria/(MA/nº 394, de 26 de junho de 1989), que recebeu o nome de Projeto de Assentamento Penhas.

Figura 9 – Ficha de acompanhamento de caso

ÁREAS ACOMPANHADAS PELA CPT
(LEVANTAMENTO DO ARQUIVO PARAÍSO - OUTUBRO/NOVEMBRO 1997)

NOME DA ÁREA: *PENHA - AGROPIC*
MUNICÍPIO: *PEIXE*
TAMANHO (ha): _____ FAMÍLIAS ENVOLVIDAS: _____

Documentação
Início: *1978* Término: *1994*

Características	Formas de organização
Tipo de conflito <input checked="" type="checkbox"/> Posse antiga <input checked="" type="checkbox"/> Ocupação - data: STATUS DA ÁREA <input type="checkbox"/> Devoluta <input type="checkbox"/> Reg. Paroquial <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Outros: PROPRIETÁRIO/GRILEIRO: <i>AGROPICUARIA GURUPI</i> PROCESSO JUDICIÁRIOS CONTRA OS TRABALHADORES: <input type="checkbox"/> Manutenção de posse <input checked="" type="checkbox"/> Reintegração de Posse <input type="checkbox"/> Crime <input type="checkbox"/> Outros: DESPESO: <input checked="" type="checkbox"/> judicial <input checked="" type="checkbox"/> extra-judicial, <input type="checkbox"/> por policiais <input type="checkbox"/> por pistoleiros VIOLÊNCIAS: <input type="checkbox"/> morte <input checked="" type="checkbox"/> ferimentos <input checked="" type="checkbox"/> ameaças <input checked="" type="checkbox"/> queimadas/destruição <input checked="" type="checkbox"/> abusos policiais <input checked="" type="checkbox"/> presença de pistoleiros <input type="checkbox"/> outras:	<input checked="" type="checkbox"/> STR <input type="checkbox"/> criado a partir do conflito <input type="checkbox"/> filiado à FETAET <input checked="" type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> criada a partir do conflito <input type="checkbox"/> Outros:
	Situação atual <input checked="" type="checkbox"/> PA <input type="checkbox"/> Com decreto <input type="checkbox"/> Com decreto caduco <input type="checkbox"/> Processo em andamento <input type="checkbox"/> Processo abandonado <input type="checkbox"/> Sem providências <input type="checkbox"/> Outros
	Acompanhamento CPT <input checked="" type="checkbox"/> jurídico <input checked="" type="checkbox"/> organizativo <input checked="" type="checkbox"/> formação de base <input checked="" type="checkbox"/> técnico direto <input checked="" type="checkbox"/> técnico via APA-TO FETAET: <input type="checkbox"/> desde o começo <input type="checkbox"/> documentado só na fase atual OUTRAS:

Fonte: CPT AT, 1987.

De acordo com essa ficha, de 1997, é possível acompanhar o caso até 1994 e a mediação do conflito, pela CPT, no âmbito jurídico, organizativo, de formação de base técnica junto aos camponeses e por intermédio da ONG Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins, APA-TO.

A tese jurídica em que a CPT assentava sua argumentação para comprovar a posse legítima das terras pelos posseiros era a da usucapião. No relatório, Caso Agropic, Município de Peixe, GO, de 1980, a CPT argumenta: considerando que as terras da Fazenda Penha não são escrituradas; camponeses e Agropic são apenas posseiros delas, posse de terras públicas. Em razão disso, “muitos posseiros seriam donos das terras pela usucapião”, vez que muitos “posseiros tinham posses antigas, [há] mais de 20 anos”, quando a escritura delas foi lavrada. Leve-se em conta que eles “já” “teriam adquirido a

propriedade das terras pelo usucapião (art 550 e 551 do C. Civil)”, desde 1961 (CPT Cedoc AT, 1980:5).

Considerando que a posse dos camponeses era muito anterior à chegada de fazendeiros e empresas, confirma-se legalmente o uso usucapião a favor daqueles moradores. Na luta pela constituição do assentamento da fazenda São João, em Porto Nacional, entre 1951 e 1984, a CPT também recorreu à tese da usucapião na justiça.

Antes de o frei Henri Burin des Roziers tornar-se advogado da CPT, foi contratado advogado Osvaldo de Alencar Rocha, De Imperatriz, MA. ”Me recomendaram um jovem advogado, muito simples, mas conhecido como um bom advogado”. “Fui vê-lo em sua pequena casa e, para minha surpresa, ele concordou”, conta Des Roziers.

Era excelente, com um dom para mobilizar os camponeses que se organizavam. Esclarecia os trabalhadores sobre seus direitos, principalmente o direito de posse. Eu, o estrangeiro, não dava conta, enquanto ele, de imediato, galvanizou centenas de agricultores, que se mobilizaram (Des Roziers, 2018:120-121).

Outra estratégia jurídica empregada pela pastoral era a de defender a desapropriação das áreas em conflito e a transformação delas em assentamentos para reforma agrária. A fim de fazer valer sua tese e pressionar o governo brasileiro, a CPT recorreu à divulgação nacional e internacional dos conflitos no campo, no Norte de Goiás e no Brasil. Com ela, objetivava manter o caso sempre em evidência na mídia regional, nacional e internacional e alcançar uma solução célere para os conflitos.

4.2 Divulgação nacional e internacional dos conflitos pela CPT AraguaiaTocantins

A fim de noticiar e fortalecer a luta dos camponeses em permanecer em suas terras, a CPT Araguaia-Tocantins promoveu intensa divulgação nacional e internacional dos conflitos no campo. Por carta, frei Henri Burin des Rozier comunicou a organizações progressista da Europa.

Amigos, Porto Nacional, 12 de setembro de 1981. Segue em anexo informações absolutamente seguras sobre um gravíssimo conflito fundiário na região de Porto Nacional. Petições com muitas assinaturas de pessoas físicas e jurídicas da França e possivelmente de outros países europeus, dirigidas às autoridades brasileiras teriam, sem dúvida, um peso muito importante. Em concordância com o Bispo de Porto Nacional, Dom Celso Pereira de Almeida que também é Presidente da Comissão Pastoral da Terra, Regional Tocantins-Araguaia, envio em anexo um modelo de petição em francês e português que poderá usar como tal e modificar à sua vontade. Uma cópia deve ser enviada ao Ministro da Agricultura, Justiça e ao Governador do Estado de Goiás, cujos endereços você encontra abaixo. Também nos seria útil receber uma cópia que você pode me endereçar pessoalmente em meu endereço em Porto Nacional, ou uma nota informando que a petição foi enviada com tantas assinaturas. De minha parte, estou convencido de que esses problemas da terra aqui no Brasil, da expulsão dos camponeses e da

concentração da terra em benefício do latifúndio, dizem respeito diretamente a todos nós, onde quer que vivamos. Por outro lado, a França fez acordos econômico-financeiros muito importantes com o Brasil em fevereiro deste ano, parte deles para Goiás e, portanto, qualquer abordagem francesa tem peso. Você certamente sabe pelos jornais franceses que dois padres das Missões Exteriores de Paris que trabalham na região de Conceição do Araguaia estão presos há 10 dias pela polícia. De fato, há ataques muito fortes do Poder contra a parte da Igreja comprometida com o povo dos pobres e oprimidos. Agora é a hora de mostrar nossa solidariedade. Henri Burin des Rozier¹⁵.[...] (CPT Cedoc AT, 1981a:1).

Ao dizer “um gravíssimo conflito fundiário na região de Porto Nacional”, Rozier está se referindo ao conflito entre camponeses e a Agropig, a respeito do qual anexou à correspondência um relatório, em francês, bem como um modelo de petição, também em francês, para instituições que decidissem encaminhar algum apoio aos camponeses e fosse enviado para os ministros da Agricultura e Justiça e para o governador de Goiás. Em 1º de outubro de 1981, o Sindicato dos Advogados da França encaminhou ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel,

Nós, abaixo-assinados, cidadãos de um país desenvolvido e rico, nos sentimos questionados pela situação dos camponeses na América Latina a pela concentração das terras cada vez mais nas mãos de poucos, provocando a miséria de milhões de famílias. Chegou ao nosso conhecimento a situação de uma centena de posseiros de município de Peixe, no Estado de Goiás, no Brasil, em que estão sendo expulsas das terras por uma Cia. chamada AGROPIG S.A., com sede em Gurupi, Rua 6, nº 97, Goiás. O Juiz competente deu uma decisão no dia 4 de dezembro de 1980 em favor dos posseiros, reconhecendo seus direitos de ficar na terra a trabalhar nela, e proibindo a Cia. de invadi-las. Apesar da decisão da Justiça, a Cia. continua invadindo as terras e ameaçando os posseiros para obriga-los a sair. Um deles, o Sr. Joaquim Rosa Filho, foi baleado pelo pistoleiro da Cia, no dia 4 de julho de 1981. As providencias que se tentaram tomar em favor da segurança da vítima e de outros não foram atendidas. Por estes e outros fatos, vimos pedir às autoridades competentes que façam cumprir a lei e a decisão

¹⁵ *Amis, Jointe une information absolument certaine sur conflit de terra Tres grave de la région de Porto Nacional. es pétitions avec de nombreuses signatures individuelles et d'organisations de France et éventuellement d'autres pays d'Europe adressées aux autorités brésiliennes, auraient incontestablement un poids très importante .En accord avec l'évêque de Porto Nacional, Dom Celso Pereira de Almeida qui est également Président de la Commission Pastorale de la Terre Régional Tocantins-Araguaia, je vous adresse donc ci-joint un modèle de pétition en français et portugais que vous pouvez utiliser comme tel ou modifier à votre gré. Il conviendrait d'en adresser un exemplaire au Ministre de l'Agriculture, de la Justice, et au Gouverneur de l'Etat de Goias, dont vous trouverez les adresses ci-dessous. Il nous seraint utile de recevoir également une copie que vous pouvez m'adresser à moi personnellement à mon adresse de Porto Nacional, ou un mot m'informant que la pétition a été envoyée avec tant de signatures. Je suis quant à moi convaincu que ces problèmes de terre ici au Brésil, d'expulsion des paysans at de concentrations de terres au profit des grandes exploitations agricoles, nous concernent directment tous où que nous vivions. D'autre parte la France a fait de très importants accords économiques et financiers avec le Brésil en février de cette année dont une partie pour le Goias et de ce fait, toute démarche de français a du poids. Vous savez certainement par les journaux français que 2 prêtres des Missions Étrangères de Paris qui travaillent dan la région de Conceição do Araguaia sont empresonnes depuis 10 jours porla police. Il se déclanche en effet des attaques très fortes du Pouvoir la partie de l'Eglise angagés avec le peuple des pauvres et des opprimés. C'est le moment de manifester notre solidarité. Je vous dis toute mon amitié. Henri Burin des Rozier CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA ARAGUAIA-TOCANTINS, 1981 , p. 1).”*

da Justiça em favor dos posseiros de Peixe e que sejam respeitados seus direitos humanos (CPT Cedoc AT, 1981a:1).

Além dessa manifestação pelo Sindicato dos Advogados da França, outras tantas foram expedidas: pela Igreja Nacional Protestante – Ministério Protestante no Mundo do Trabalho, de Genebra, Suíça, em 21 de dezembro de 1981; pelo Comitê de Solidariedade com o povo brasileiro, em 16 de janeiro 1982, bem como pelos conventos de dominicanos na França, na Suíça e no Egito.

Numa carta, em francês, dom Celso Pereira de Almeida, bispo de Porto Nacional e presidente da CPT, agradeceu a solidariedade manifestada.

Aos amigos da França, Quem vos escreve é o Bispo da Diocese de Porto Nacional, atual Presidente da Comissão Pastoral da Terra Tocantins-Araguaia. Junto com uma equipe da qual o Padre Henri des Roziers faz parte ativa, lideramos uma difícil luta em prol dos pobres e dos posseiros, que veem seus direitos violados e suas terras roubadas por grandes latifundiários e empresários. Entre esses pobres estão mais de 100 famílias de posseiros que vivem há gerações no município de Peixe, onde está localizada a empresa Agropig SA. O que nos motiva a continuar este trabalho, incompreendido pelas autoridades governamentais, é saber que não estamos sozinhos. Recebemos com alegria as manifestações de sua solidariedade por meio dessas petições que vocês enviaram, de apoio a essas famílias e de protestos contra essas injustiças. Isso nos anima e nos dá força. Seguiremos, sem fraquejar, denunciando as arbitrariedades que se cometem contra nossos irmãos mais pobres, falando por aqueles que não têm mais o direito de falar. Em nome da Regional da Comissão Pastoral da Terra Tocantins-Araguaia, envio meus agradecimentos. Fraternalmente. 18 de novembro de 1981. Dom Celso Pereira de Almeida O.P. Bispo de Porto Nacional (CPT Cedoc AT, 1981a:1)¹⁶.

As autoridades estaduais e nacionais brasileiras, por sua vez, quando e se respondiam as denúncias e petições, eram evasivas. Não porque faltasse aos e relatórios e denúncias dos conflitos enviados pela CPT a cordialidade necessária e indispensável às autoridades e órgãos estatais, estaduais e federais. Tais evasivas eram, por certo, mostra inequívoca de um Estado a serviço das grandes empresas, grileiros e fazendeiros,

¹⁶ “Aux amis de France, Celui qui vous écrit est l'évêque du Diocèse de Porto Nacional, actuellement Président de la Commission Pastorale de la Terre Tocantins Araguaia. Ensemble avec une équipe dont fait activement partie le Père Henri des Roziers, nous menons une lutte difficile pour les pauvres et les posseiros, qui voient leurs droits violés et leurs terres volées par les grands propriétaires et les hommes d'affaires. Parmi ces pauvres sont plus de 100 familles de posseiros qui vivent depuis des générations dans la Commune de Peixe, où se situe l'affaire de l'Agropig SA. Ce qui nous anime à continuer ce travail, incompris par les autorités gouvernementales, est de savoir que nous ne sommes pas seuls. Nous recevons avec joie les manifestations de votre solidarité à travers ces pétitions que vous envoyez, d'appui à ces familles et de protestations contre ces injustices. Ceci nous anime et nous donne de la force. Nous continuerons sans faiblir, dénonçant les arbitraires qui se commettent contre nos frères les plus pauvres, parlant pour ceux qui n'ont plus le droit de parler. Au nom du Régional de la Commission Pastorale de la Terre Tocantins-Araguaia, je vous adresse mes remerciements. Fraternellement. 18 novembre 1981. Dom Celso Pereira de Almeida O.P. Puanne deo Porto Nacional (CPT Cedoc AT, 1981a:1).

interpretava a CPT. Por essa e por outras, seus agentes não poupavam críticas com duras palavras às instituições públicas responsáveis.

Em um recorte de Jornal, que não é possível identificar o nome do veículo de informação produtor, foi noticiado que O líder posseiro Raimundo Ferreira Lima, conhecido por Gríngo, residia no distrito de Itaipavas, no Pará, e, na ocasião, estava concorrendo a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, encontrava-se de passagem em Araguaína-GO. a reportagem, intitulada de *Líder posseiro do Pará assassinado em Araguaína*, nos mostra que, no dia 29 de maio de 1980, em Araguaína, na frente de um bar, o camponês Raimundo Ferreira Lima foi morto “com um tiro no estômago e outro na altura do ouvido”. Na situação, a polícia descartou a possibilidade de assalto, pois os 20 mil cruzeiros que o lavrador possuía ainda estavam com ele quando o seu corpo foi encontrado (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA ARAGUAIA-TOCANTINS, 1980, s.n).

A propósito, uma nota da CPT protestava dizendo: “os fatos estão provando que o governo” “não vai defender os direitos dos posseiros”; os “fatos mostram que as denúncias a apelos dos próprios posseiros, feitos às vezes pela voz da Igreja, não são levados em conta”; ”os perseguidos são os posseiros da região, não os grileiros pretensos proprietários” das terra. “Será que as autoridades continuarão de braços cruzados, aceitando que os grileiros tenham seus ‘exércitos’ particulares, verdadeiros bandos de assassinos?” (CPT Cedoc AT, 1980, s.n).

A propósito do caso da Fazenda Penha, a CPT publicou esta nota à Imprensa.

Em setembro deste ano [1980], a Firma entrou com mais violência, penetrando nas posses mais antigas. Diante da resistência dos posseiros, tentando parar os tratores, a Agropig' enviou para lá, de avião, vários pistoleiros. O Delegado Regional de Polícia de Gurupi. Dr. Franklin Delano Primes, presente na área com policiais, intimou vários posseiros a comparecerem à Delegacia, a fim de amedrontá-los. [...] é mais um caso típico da “política desenvolvimentista” do país; que pensar de um grupo economicamente poderoso que aproveita da simplicidade e da boa-fé dos nossos sertanejos para desalojá-los de suas posses, tirando o ganha-pão e a paz de centenas de famílias, com a única finalidade de aumentar o seu lucro injusto, não se importando com a miséria e com o desespero a que serão reduzidos milhares de brasileiros [...]? (CPT Cedoc AT, 1980c:1).

Em entrevista concedida ao jornal *DM Economia & Política*, de Goiânia, o bispo de Porto Nacional e presidente da CPT Araguaia-Tocantins, dom Celso Pereira de Almeida, analisa os problemas agrários no Norte de Goiás.

Nossa regional é muito grande. Pega desde Porto Nacional, Tocantinópolis, Cristalândia, Miracema até São Felix e Conceição do Araguaia. Conheço um

pouco melhor os problemas referentes ao Estado de Goiás. Aqui, no Estado, vejo que a situação está se agravando cada vez mais. Não só por essas lutas no Bico do Papagaio, com a repressão desencadeada por grileiros, pela polícia, jagunços etc. e apoiada pelo juiz de Direito de Araguaína, Dr. João Batista de Castro Neto – expulsando posseiros e queimando casas (*DM Economia & Política*, 23 nov. 1980).

Oswaldo Rocha, advogado da CPT AT, também não se furtava a duras críticas às autoridades públicas. Numa entrevista concedida a um jornal de Goiânia¹⁷, em 9 de dezembro de 1980, denunciava a repressão “em cima dos lavradores do povoado Centro do Mulatos, que faz divisa com os municípios de São Sebastião do Tocantins e Araguatins, no Norte goiano”. “O fazendeiro e grileiro Oswaldo Barreira foi assassinado na última quinta-feira à noite [3 dez. 1980] por um tiro saído da noite”. O “sargento Mendes”, uma “espécie de delegado do povoado de Buritis”, esteve no povoado na quinta-feira, dia 4, e ameaçou “bater em todo mundo, homens, mulheres e crianças, até descobrir o autor do assassinato do fazendeiro”. No Norte de Goiás “quando um lavrador morre não acontece nada, mas quando um fazendeiro ou mesmo um pistoleiro, é assassinado, a repressão em cima do lavrador é violentíssima”, num território coordenado pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, Getat, que deveria buscar pacificar a região. Os “posseiros não se sentem protegidos nem pela polícia nem pela Justiça. Pelo contrário, sentem-se até ameaçados pelo Getat, pela polícia e pela Justiça, e começam a esboçar uma resistência” (CPT AT Cedoc DTB, 1980d:).

A divulgação nacional e internacional das práticas da ditadura no Brasil foi uma estratégia da Igreja brasileira, graças à sua dimensão transnacional, se bem, por isso mesmo, reiteradamente censurada na imprensa. Os militares, no entanto, não conseguiam silenciar o que ela publicava em jornais europeus – incômodo irresistível para o grupo no poder que pretendia construir uma imagem positiva do Brasil consolidadamente democrático (GOMES,2014:224).

Essa mesma divulgação contribuiu para uma proteção parcial aos agentes pastorais da CPT e membros da ala progressista da Igreja, se bem não tenham faltado episódios de expulsão do país, prisão e até mortes.

Em se tratando dos conflitos por terra no Norte de Goiás, no entanto, fazendeiros, policiais, grileiros, pistoleiros, agentes do Estado nunca esboçaram qualquer preocupação com a repercussão internacional de seus atos.

¹⁷ Cujo nome não foi possível identificar.

5 UMA CPT ATACADA: VIGILÂNCIA DA ESPIONAGEM, SEQUESTRO, ATENTADOS E ASSASSINATOS DE PADRES DA CPT

Para mediar jurídica e politicamente os interesses dos camponeses, os agentes das CPTs foram expostos nas mídias regional, nacional, internacional e em tribunais de justiça. Expostos, em razão de suas denúncias de grilagem de terras, de ataques a camponeses, não lhes faltou o troco. Passaram a ser ameaçados, acusados, vítimas de atentados contra suas vidas. Dentre essas e outras formas de violência, preponderou a vigilância de suas ações pelo Serviço Nacional de Informações, SNI, órgão de inteligência do governo civil-militar, “criado em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341, com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional”. Indivíduos e instituições suspeitos aos seus olhos do SNI passaram a ser considerados ameaça à segurança nacional (KORNIS, 1980).

Um dos primeiros registros dessa vigilância pelo SNI e órgãos da Comunidade de Informações¹⁸ é de 20 de maio de 1977, em um documento elaborado pelo Ministério do Exército, intitulado “Informe nº 196/s-102-A3-CIE¹⁹: atuação do clero em Porto Nacional”. Trata-se de um relatório sobre o monitoramento da conta bancária do bispo de Porto Nacional, fundador da CPT nacional e presidente da CPT Regional Araguaia-Tocantins, dom Celso Almeida. Dentre outras informações, registra que o bispo recebia quantias vindas de São Paulo e Rio de Janeiro para financiar atividades subversivas.

1. Através do Banco da Amazônia, Dom CELSO PEREIRA DE ALMEIDA, Bispo de PORTO NACIONAL/GO, tem recebido quantias que variam de 180 a 250 mil cruzeiros. Essas importâncias são transferidas de SÃO PAULO e, às vezes do RIO DE JANEIRO, pelos indivíduos ESTEVAM DE TAL e PAVAN, sendo depositadas na conta particular do referido bispo. Tal conta ascenderia atualmente a Cr\$ 800.000,00 e seria mantida neste nível por sistemáticas transferências efetuadas de SÃO PAULO, para atender à distribuição periódica de numerário que D. CELSO faz as paróquias do interior, particularmente as de PEIXE e ARRAIAS. Nessas paróquias, é intensa a doutrinação marxista desenvolvida por sacerdotes.
2. OSTERNE PEREIRA DA SILVA, ex-prefeito de PORTO NACIONAL, e o delegado de Dom CELSO para coordenação da propaganda subversiva nos municípios do interior goiano, permanecendo em cada um deles de seis a oito meses. Encontra-se atualmente em FORMOSO DO ARAGUAIA/GO. Esse indivíduo e irmão dos subversivos HAMILTON PEREIRA DA SILVA, DAGMAR PEREIRA DA SILVA (asilada na HOLANDA) e ATHOS PEREIRA DA SILVA (asilado na FRANÇA).

¹⁸ Entende-se por Comunidade de Informações os órgãos responsáveis por produzir informações das forças armadas, das polícias militares estaduais e da Polícia Federal, coordenadas pelo SNI.

¹⁹ Disponível no Arquivo Nacional em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_83006587_d0001de0001.

3. Dom CELSO PEREIRA DE ALMEIDA trouxe recentemente para PORTO NACIONAL/GO o Padre JURACI CAVALCANTE BARBOSA que era pároco de PEIXE/GO. Este sacerdote é radical de esquerda. Bebe frequentemente – e, nessas oportunidades, faz verdadeiros comícios de pregação comunista. Completa a equipe pessoal do bispo um indivíduo apelidado de KOLINOS, ex-mecânico da VARIG, atualmente explorando uma oficina radiotécnica em PORTO NACIONAL. É marxista convicto, inteligente e não perde oportunidade de fazer pregação ideológica (SNI, , 1984).

À luz dessas “informações”, o regime militar manteve os agentes da CPT Araguaia-Tocantins sob rigorosa vigilância que produziam relatórios da Comunidade de Informações. O trabalho de apoio aos camponeses não poderia se transformar num movimento armado? – perguntavam-se os militares.

Em relatório de 12 de novembro de 1979, registra-se a suspeita da formação de um movimento armado por parte de padres da Igreja progressista na cidade de Dianópolis, TO²⁰.

Sob o título de “Informe 142/116: Movimento subversivo em evolução no Norte de Goiás”, o relatório da espionagem buscou classificar as atividades de padres progressistas e da CPT como ações subversivas e de incentivar atos de violência.

Encontra-se em fase de evolução nos municípios de DIANÓPOLIS, CONCEIÇÃO DO NORTE e ALMAS, todos no Estado de GOIÁS, um movimento de conscientização de massa liderado pelo Clero. [...]. Os “sertões” destes municípios goianos têm sido percorridos pelo vigário de DIANÓPOLIS/CO, Padre JOATAN BISPO DE MACEDO e por uma religiosa de nome ainda não conhecido, que se dedicam à “conscientização do povo”, o povo mais humilde, pobre e necessitado, alertando-o sobre seus direitos. Tal conscientização vem sendo feita apenas àquelas classes quase que completamente desprovidas de recursos, através do que padre e a religiosa chamam de “Comunidades Eclesiais” [...] Vão adquirindo o hábito de crer que tudo o que afeta a comunidade deve ser discutido nas Comunidades, até mesmo os assuntos mais controvertidos e sujeitos a desvios e deturpações, como os problemas de posseiros, de lavradores, de “grileiros”, das multinacionais e outros que não estão, nem poderiam estar a nível de discussão de pessoas rudes” (SN, 1979:3-4).

Essas informações foram recebidas por telegrama do ex-prefeito de Dianópolis para fustigar a espionagem. O padre Joatan Bispo de Macedo, citado no documento, da diocese de Porto Nacional e alocado em Dianópolis, atendia “os municípios de Almas, Conceição do Norte (hoje Conceição do Tocantins), Rio da Conceição, Porto Alegre e os povoados circunvizinhos a Dianópolis” em razão da “escassez de padres para atender as paróquias da diocese (SARZÊDAS, 2021:133.).

²⁰ Disponível no Arquivo Nacional em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80004907_d0001de0001.

O padre não era membro da CPT Araguaia-Tocantins, mas apoiava a pastoral em suas atividades junto aos camponeses da região. Não se considerava adepto da Teologia da Libertação: sua atuação sacerdotal baseava-se no seu “compromisso com o Evangelho” (SARZÊDAS, 2021:133).

Nos dias 21 e 22 de outubro de 1979 houve uma assembleia de lavradores e posseiros no Colégio João D’Abreu, em Dianópolis, à qual foi “VEDADO O INGRESSO DE PESSOAS ESTRANHAS À CLASSE”. Os agentes de vigilância apressaram-se em passar informações imprecisas sobre dela ao SNI,

Face ao sigilo que cercou a assembleia, pouco se sabe a respeito dela, e os que participaram parece terem sido instruídos para nada revelar a respeito. Há um participante, porém, que ficou muito assustado e inclusive teria dito a alguns companheiros que não fossem “nas conversas que ouviram”. Trata-se de Antônio Bispo de Oliveira, figura popularmente conhecida por Antônio Medrado, residente na fazenda Santa Maria, do comerciante Custódio Cardoso, de Dianópolis, GO. Acredita-se também que o Sr. João Leal Costa, político local (ex-candidato a prefeito no último pleito), saiba alguma coisa sobre a misteriosa reunião, pois, manifestando a preocupação de todos os influentes do lugar, conseguiu entrar “no peito e na raça”, mas pouco demorou no recinto (SNI, 1979:5-6).

Além do padre Joatan, estiveram presentes nessa assembleia, um “padre espanhol chamado Padre Jesus, e um padre da prelazia de São Luís de Montes Belos, GO, não identificado”, alto, calvo. No dia 22 de outubro houve a missa de encerramento, aberta a todos, na qual o primeiro a falar foi o padre “alto, calvo e magro”,: “já se foi o tempo em que só o padre tinha direito de falar na igreja; agora o povo também pode e deve falar para expor seus problemas, denunciar os roubos de que tem sido vítima, [como ser] postos para fora de suas terras” (SNI, 1979:6).

A sua vez, o padre Jesus falou que “eles, (padres), assim como os leigos, tinham que pregar, falar contra as injustiças”. E o padre Joatan disse que “o movimento promovido pela pastoral da terra não tem outro objetivo que não o de pedir justiça para os oprimidos, perseguidos, necessitados e que nada tem de comunismo” (SNI, 1979:7).

O relatório enviado ao SNI, no entanto, dava conta de que o senhor Josino Valente, fazendeiro integrado à “revolução” afirmou que “surpreendeu” uma comunidade eclesial de base reunida no Grupo Escolar Santo Antônio e, “posteriormente, confidenciou a amigos que ouvira naquela reunião incitamentos à desobediência às autoridades constituídas” e que “o movimento não poderia parar”. O pessoal “mais influente da cidade e da região abrangida pelo movimento reclama por

uma investigação séria e profunda”, pessoal influente esse que se resumia à elite política à frente do poder público na cidade (SNI, 1979:6-8).

Tratava-se de “pessoas de alta confiabilidade”, como o “Promotor de Justiça, Dr. Wilson Antônio de Araújo” e outras²¹.

Ao final, o relatório alerta as autoridades para a “necessidade de providências urgentes”, a fim de que o movimento da Igreja progressista em Dianópolis não desemboque em movimento como as Ligas Camponesas²² ou na “guerrilha da Xambioá”²³.

[...] alheamento aos problemas que realimentam numa espécie de *feedback*, os argumentos dos líderes, as medidas repressivas serão inevitáveis, pois poder-se-á chegar a uma grave perturbação da ordem, carecendo não só de providências políticas, mas também militares, como medida de defesa interna, para que não se chegue à fase da eliminação, que a guerrilha sempre reclama (SNI,1979:7).

Teses políticas apocalípticas não são prerrogativa da extrema direita de hoje. Nasceram na ditadura, que via as CEBs e as CPTs como aparelhos comunistas terroristas dispostos a devastar o país numa guerra revolucionária. Essas teses não se comprovavam, vez que a luta da CPT em Dianópolis e em todo o Norte goiano pautava-se pela assessoria e incentivo aos posseiros em busca seus direitos na justiça ao exigir a desapropriação de terras e a fundação de assentamentos pela reforma agrária.

Em outro relatório do SNI, intitulado “Informação nº 147/16/AC/81: Clima de subversão nas regiões Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Nordeste de Mato Grosso”²⁴ – as mesmas em que atuava a CPT Araguaia-Tocantins –, de 18 de agosto de 1981,

²¹ “Dr. Francisco da Costa Ribeiro, advogado e presidente da Câmara dos Vereadores, Sr. Gerson Costa Fernandes, comerciante e fazendeiro; o Dr. Osvaldo Rodrigues Póvoa, funcionário público e fazendeiro; o Dr. Raul Fernandes de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca; o Sr. Manoel Djaemma Parente Rocha, comerciante e fazendeiro, entre outros” (SNI, 1979:7).

²² As “Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas em 1955, em Pernambuco, e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP)” e os trabalhadores presentes nas ligas visavam lutar por seus direitos e pela Reforma Agrária, esse movimento se expandiu e trabalhadores de outros Estados passaram a fazer suas próprias ligas, e em 1962 surgiu uma liga camponesa no Norte de Goiás na cidade de Dianópolis, que foi comandada por ‘Clodomir Santos de Moraes, e tinha como objetivo a luta armada e a revolução socialista nacional através da Reforma Agrária, tendo como exemplo a recente revolução cubana de 1959, recrutando camponeses, mineiros, estudantes, intelectuais, donas de casa e tantos outros’ para a luta. No mesmo ano de sua fundação, 1962, a liga ela foi dissolvida por ações das “Forças Armadas e pela Polícia Federal apoiadas por juízes e políticos locais conservadores da época, seus integrantes fugiram, uns de avião rumo a Goiânia, outros a pé e a cavalo, pelos sertões da Bahia” (Britto; Lira, 2021:339 e.351).

²³ Essa expressão faz referência à Guerrilha do Araguaia, um movimento armado de militantes do Partido Comunista do Brasil, embrenhados nas florestas do Norte de Goiás, mais precisamente na região do Pico do Papagaio, no Sul do Pará e do Maranhão, com o objetivo de organizar uma guerrilha rural para combater a ditadura e fazer uma revolução socialista no Brasil. Os primeiros militantes chegaram entre 1966 e 1967. Em 1972, o grupo passou a ser atacado pelo Exército em operações que enfim derrotaram a guerrilha em 1974 (MECHI, 2012).

²⁴ Disponível no Arquivo Nacional em: <BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81018567_d0001de0001.

alertava para o crescente clima de subversão na região em razão da “atuação contestatória de setores, principalmente do ‘clero progressista’ (CPT, CIMI Não encontrei essa referência.), de políticos de oposição (PMDB) e de elementos diversos (advogados, dirigentes sindicais e ativistas ligados a organizações subversivas)”, que estavam “deteriorando” o “clima social reinante no meio rural” (SNI, 1981:1).

[À CPT interessam] todos os problemas gerados pelas questões de terras. Dessa forma, o “clero progressista”, infiltrado de religiosos e leigos marxistas, a maioria estrangeiros, procura controlar os sindicatos rurais; os posseiros, por sua vez, têm a seu serviço advogados esquerdistas como PAULO CEZÁR FONTELLS DE LIMA, sabidamente elemento de confiança do PC do B, também advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (SNI,1981:1).

Aos olhos do SNI e em face da informação de que “o GETAT é alvo constante de campanha que procura mostrá-lo como a serviço dos proprietários de terra e criado para espoliar os posseiros”, havia de fato “um processo insidioso e persistente de desmoralização desse órgão público” (SNI, 1981:3).

Criado em agosto de 1980, o Getat, Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, tinha o objetivo de resolver os problemas agrários nas terras próximas aos rios Tocantins e Araguaia, mas, em várias denúncias, a CPT questionava sua atuação, afirmando que ela estava a serviço dos grandes fazendeiros e empresas sem resolver problemas de terras alguns, na região. Ora, para o SNI, a Igreja progressista criara “uma das condicionantes da insurreição popular”, “o descrédito e a desmoralização do órgão público encarregado de resolver o problema fundiário na região”, com “acentuada participação do clero progressista na criação das condições favoráveis à insurreição no meio rural” (SNI, 1981:3).

Aos olhos do SNI, “religiosos e leigos estariam desenvolvendo intenso trabalho de subversão da ordem, pregando, ostensivamente, a derrubada do Regime” em Conceição do Araguaia, no Pará, dentre eles o padre Ricardo Rezende Figueira. A situação no Bico do Papagaio não era “diferente das áreas vizinhas”, região que estaria “vivendo o mesmo clima de tensão social articulado pelo 'clero progressista’” (SNI,1981:3 e 7).

Além da ameaça ao regime, essa agitação promovida por agentes da CPT Araguaia-Tocantins levou a repressão a voltar os olhos para os padres, freiras e leigos cerrados em suas fileiras.

Informe do Centro de Informações da PF, CI/DPF, do dia 6 de fevereiro de 1983, dá conta de que que “os posseiros conhecidos como Alonso de tal, Argemiro de

Tal, João Paraíba, Domingos de Tal, João Morais, João Alexandre da Conceição, João Celino Morais de Souza e outros”, “incentivados” pelo padre Josimo Morais Tavares e pelo vereador Edmundo Galdino da Silva, do PMDB, prepararam emboscada e invadiram a Fazenda Extrema, localizada em Nazaré, no norte de Goiás, e, no dia 25, trocaram tiros com policiais da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (CI/DPF, 1983:2).

Houve controvérsias sobre esse informe. O padre Josino sempre pregou a solução para os problemas por meios institucionais, legais; não era defensor da violência (ALDIGHERI, 1993; LE BRETON, 2000).

Em 17 de outubro de 1984, a Informação nº 140/AC/84, o SNI insiste na acusação contra agentes da CPT.

1. O envolvimento de religiosos em problemas de terras na Região do “Bico do Papagaio”, extremo Norte de GOIAS, remonta a 1968, com a chegada, naquela área, das Freiras francesas BEATRICE KRAUCH e MARIE MADELAINE HAUSSER e, posteriormente, do Missionário italiano NICOLA ARPONE, do Frei francês HENRIQUE BURIN DE ROZIERES, do Padre JOSINO TAVARES MORAIS, da Freira francesa NICOLE MARIE COMBES e da Agente de Pastoral LOURDES LUCIA GOES (“LOURDINHA”). O trabalho desenvolvido por esses religiosos e leigos foi facilitado, a partir de 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Araguaia/Tocantins, proporcionando-lhes maior suporte financeiro e a colaboração efetiva de agentes de pastoral. 2. A CPT – Regional Araguaia/Tocantins, segundo orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vem disseminando, entre os trabalhadores rurais daquela Região, a ideia de que a organização popular em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) é a única forma de superar a dominação imposta pela “minoría opressora e detentora do poder” e criar as condições necessárias para uma nova ordem social e econômica, com a participação das bases. [...] 4. Os conflitos entre fazendeiros, grileiros, posseiros e invasores são aproveitados pela CPT como forma de angariar a simpatia e a confiança dos trabalhadores rurais. Em tais ocasiões, procura convencê-los de que a organização em torno dos sindicatos é a melhor forma de se defenderem nas questões fundiárias. Após lançada a ideia, fornece orientação quanto aos aspectos legais para criação da entidade e, posteriormente, orientá-los nas lutas a serem empreendidas (SNI,1984:2-3).

Relatórios como esses continuaram a ser produzidos pelos órgãos de vigilância contra religiosos progressistas, que seguiam monitorados até o ano de 1988, em pleno contexto de governo civil e da Assembleia Nacional Constituinte.

Definitivamente, quando da insurreição provocada pela Guerrilha do Araguaia, nos início dos anos 1970, no Norte de Goiás e Sul do Pará, religiosos progressistas passaram a ser acusados de subversivos, comunistas mesmo, que pretendiam reeditar as Ligas Camponesas, razão pela qual também apoiavam a guerrilha.

Essa estratégia de acusação dos agentes da pastoral vinha desde o início daquela década. Em reportagens e cartas de fazendeiros a jornais goianos, bem como em denúncias da CPT, como na intitulada “Pistoleiros em ação”, em 1981. Matanias Bezerra Cavalcante, seu irmão Adonias Bezerra Cavalcante e Antônio Pereira de Souza foram apontados pela CPT como pistoleiros que tentaram assassinar o posseiro Joaquim Rosa Filho, que tinha terras na Fazenda Penha, em Peixe, enquanto descansava em sua casa em Gurupi. Trechos desse relatório da CPT e em resposta a ele numa carta de Augusto Lindenberg Filho, morador de Gurupi, publicada pelo jornal *O Popular*, em 21 de julho de 1981, o autor se diz amigo de Adonias Bezerra Cavalcante e Matanias Bezerra Cavalcante, razão pela qual sentiu “profunda mágoa” ao ler que seus amigos eram acusados de fazer parte de uma “suposta quadrilha”. Além disso, diz que a reportagem ataca o delgado da cidade, “Dr. Franklin Delano Pfrimer, o deputado federal Rezende Monteiro, o deputado estadual Libâneo Araújo”, o “prefeito municipal Joaquim Pereira da Costa e o presidente da Câmara Municipal, Ismael Garcia”, todos eles “pessoas do que de melhor existem e trabalham em Gurupi”. Defendida a idoneidade de seus amigos, Lindenberg acusa: o “Sr. Joaquim Rosa Filho é o real pistoleiro e instigador, junto com o bispo da diocese de Porto Nacional, dos ânimos dos posseiros (*O Popúlar*, em 21 de julho de 1981).

Lembre-se também do tratorista da Agropig, Geraldo Rosa de Moraes, que, ao desmatar as terras na Fazenda Penha, foi baleado e morreu, em 8 de setembro de 1981. Foram “acusados como autores do crime os trabalhadores rurais Alfredo de Souza Melo, Emílio de Sousa Melo, Conceição Dias Pinto e Dias Carvalho e outros posseiros não identificados” (CPT AT, 1986:22).

A respeito desse caso, em 7 de abril de 1982, o jornal *Folha de Goiaz*, de Goiânia, publicou um editorial, “Lerdezada das autoridades e pressa da subversão”, em que acusava a Igreja brasileira e os membros da diocese de Porto Nacional, engajados politicamente, de insubordinação às ordens do papa. Num outro editorial, o religioso Nicola Arpone e o padre Henri de Roziens foram acusados de compartilhar “o preparo da chacina” do tratorista da Agropig. A lentidão para solução dos crimes foi um estímulo à “insistência desse bando de insanos, que faz da imagem de Deus bandeira de choques humanos, sem a mínima consciência religiosa, destituídos de nada senão da volúpia de imitação de guerrilheiros por conta alheia” (*Folha de Goiaz*, 1982).

[O] bispo de Porto Nacional (GO), dom José Celso Pereira, os padres Henrique, Osterval e Geraldo, e o agente pastoral, padre Nicola Arpone foram depor ontem na Delegacia de Polícia de Gurupi (GO), onde estão

sendo acusados de terem mandado matar um tratorista da Fazenda Agropig (*Folha de São Paulo*, 2 out. 1981).

Na véspera do depoimento, em 10 de setembro de 1981, o bispo e os padres, na companhia de fiéis católicos de Porto Nacional e Gurupi, ficaram em vigília até as 23 horas. No dia seguinte foram interrogados e assistidos por cerca de 400 fiéis, dom José Patrício, de Conceição do Araguaia, PA, e o advogado Francisco Mascarenhas. Os responsáveis pela “inquirição” dos religiosos foram os delegados “municipal e o delegado regional, que se confessaram confusos e temerosos com aquela multidão”. Sugeriram adiamento dos depoimentos ao que dom Celso recusou, lembrando-lhes que todos fora de delegacia “sempre foram de paz”. Nessa mesma reportagem, a CNBB se pronunciou (*Folha de São Paulo*, 1981).

O interrogatório foi muito simples e a acusação mais grave, assinada por duas testemunhas, diz que “o bispo e os padres mandaram matar o tratorista da fazenda Agropig, dizendo que, se fizessem isso, a polícia ficaria com medo deles”. Ao fim do interrogatório, dom Celso Pereira “fez questão que ficasse lavrado o protesto contra tal intimação e contra acusações desse tipo contra qualquer bispo ou sacerdote” (*Folha de São Paulo*, 1981).

Em 9 de novembro de 1980, ainda, os fazendeiros Demerval Rodrigues da Cunha e Belisário Rodrigues da Cunha ajuizaram uma queixa-crime por injúria, calúnia e difamação contra os bispos dom Celso, de Porto Nacional, e dom Cornélio Chizzini, de Tocantinópolis. Dizia respeito a notas da CPT assinadas por esses bispos e publicadas em jornais, mencionando o nome dos dois fazendeiros como “grileiros” no município de Araguatins (*Diário da Manhã*, 1980).

Em resposta, Osvaldo Rocha, advogado da CPT, numa reportagem intitulada, Cresce a violência na área do Getat, afirma.

O processo de queixa-crime apresentada pelos fazendeiros Belisário e Dermeval Rodrigues da Cunha, de Araguari (MG), contra os bispos dom Celso de Almeida, de Porto Nacional, e dom Cornélio Chizzini, de Tocantinópolis, desapareceu da delegacia de polícia de Araguaína, onde foi registrada. Segundo o advogado da CPT, o juiz que apoia os grileiros da região, João Batista Castro Neves, também sumiu da cidade. Os bispos haviam denunciado os dois fazendeiros, que são irmãos, de estarem grilando uma grande área, e foram processados por calúnia. “Mas, quando eles viram que estávamos levantando provas da ação de grilagem deles em toda a região, eles devem ter notado a seriedade dessas provas e preferiram esconder com o processo”, disse o advogado. A CPT, de acordo com ele, endossa a carta dos bispos, pois todos sabem que “os fazendeiros são mesmo grileiros” (CPT AT, 1980, s n.).

À medida que a CPT Araguaia-Tocantins acompanhava os casos de “grilagem” de terras, produzia e publicava relatórios sobre cada caso, bem como se servia deles como contra-ataque às denúncias que a apontavam como incentivadora da violência e da desordem na região.

Outro caso considerável dizia respeito ao fazendeiro Walter Rodrigues Gomes, que apareceu do nada, em setembro de 1983, dizendo-se proprietário da Fazenda São João, em Porto Nacional. No entender da Pastoral da Terra, os verdadeiros donos das terras eram os posseiros que lá vivem há muito tempo e o fazendeiro não passava de “grileiro”. Esse conflito entre posseiros da Fazenda São João e supostos donos de suas terras datam de 1952 e vão até 1984, quando foi criado o assentamento São João.

O fazendeiro Walter Rodrigues chegou à região alegando que tinha terras na Fazenda São João, mas a legitimidade de sua posse era questionada pela CPT, que o apontava como “grileiro” na região. Em resposta à pastoral, o fazendeiro publicou uma nota.

[Venho a público], através deste conceituado Jornal *Norte de Goyaz*, desmentir as acusações tendenciosas a mim imputadas, publicada neste Jornal, assinada pelo Frei Henrique de Rosier e Osvaldo de Alencar Rocha, assessores jurídicos da Comissão Pastoral da Terra, tendo como articulador intelectual o bispo da Diocese de Porto Nacional, Sr. Dom Celso, que, juntamente com seus seguidores, pregam de maneira irresponsável a subversão rural neste município e demais circunvizinhos, tentando usurpar a minha fazenda que comprei e paguei, segundo escritura que comprova o meu domínio sobre a área, que tanto tem sido vítima de invasões programadas sob a orientação do nosso bispo Dom Celso. [...] Quero deixar bem claro para todos os leitores do *Norte de Goyaz* que os incidentes que já aconteceram e que poderão ainda acontecer na Fazenda São João são todos estimulados e orientados pelo bispo desta cidade, senhor Dom Celso (*Norte De Goyás*, 8 jan. 1984).

Em pleno processo de redemocratização, a CPT não deixa de ser acusada.

Mas reagia.

[Várias entidades patronais] reuniram-se no domingo, dia 11, em Araguaína. Entre elas, representantes da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, da Associação Goiana de Criadores de Zebu, da Associação dos Fazendeiros do Xingu, da União Democrática Ruralista, sob a coordenação geral da Associação dos Fazendeiros de Araguaína (*Correio do Norte*, 1º a 15 ago. 1985).

Foram reuniões com o “objetivo principal de discutir a reforma agrária”, à qual eram favoráveis, desde que começasse pelas terras públicas. A maioria dos oradores acusou a Igreja progressista, aliada a “militantes de esquerda”; era o “sustentáculo” da “luta no campo”; “desejam ver o caos, pois são partidários da ideologia de que quanto pior melhor” (*Correio do Norte*, 1985).

O teor dos discursos insistia em acusar os agentes da CPT de insufladores de uma nova Guerrilha do Araguaia e da reedição das Ligas Camponesas na região. Aproveitavam-se da pobreza dos camponeses para incentivar a resistência armada.

Além da difamação e das denúncias falsas contra os agentes pastorais, eles também foram vítimas de ameaças de morte, sequestro e morte. Foi o caso de sequestro de um missionário leigo, de origem italiana, Nicola Arpone.

Em 22 de julho de 1979, “um helicóptero do Exército” pousou “na praça em frente à igreja de Wanderlândia, GO”, e “saíram dele homens armados que invadiram a casa paroquial”, levando a força o agente Nicola Arpone “para a mata, [onde foi] surrado; foi simulado um fuzilamento, foi levado preso para a Delegacia de Araguatins e depois para Goiânia e entregue à Polícia Federal. Foi liberado no dia 24 de julho, em Goiânia” (ALDIGHIERI, 1993:65).

Seu trabalho consistia em fazer “visitas prolongadas” a comunidades de camponeses após a missas, nas pequenas capelas da zona rural e urbana, para esclarecer situações e solicitar que eles tivessem “união e fé neles próprios”. Dedicava-se preferencialmente à formação, orientação fundação de sindicatos de trabalhadores rurais da região do Bico do Papagaio,. (ALDIGHIERI,1993:65).

José Pedro Araújo, memorialista, foi agrônomo do Incra no Norte de Goiás e no Maranhão. Em seu *blog*, relata com riqueza de detalhes o sequestro de Arpone. Sequestrado em 22 de julho de 1979, depois ameaças um mês antes de que algo aconteceria com ele. Certo dia, “quando os sindicalistas faziam uma reunião no povoado Sampaio, um helicóptero do exército sobrevoou o local e disparou rajadas de metralhadoras no largo fronteiroço à capela” (ARAÚJO, 2015).

No dia do sequestro, logo pela manhã, um helicóptero do Exército de

tamanho avantajado, com uma metralhadora, também de dimensões assombrosas, apontada para fora da aeronave, baixa de repente na praça em frente ao prédio do Incra, em Araguatins. E em meio à poeira levantada, um grupo de militares desembarca dele conduzindo três pessoas algemadas (ARAÚJO, 2015).

O memorialista, foi orientado a aguardar a chegada dos militares na porta do prédio do Incra. Os algemados foram conduzidos para o interior do prédio e interrogados. No lado de fora, a “barulheira era infernal”, porque os motores da aeronave permaneceram ligados e a poeira levantada pelo giro das hélices “tornava o ambiente lúgubre” (ARAÚJO, 2015).

Reconheci entre os três homens conduzidos algemados, o presidente do Sindicato Rural de São Sebastião e o Secretário da entidade. Os três estavam com um aspecto lastimável, pareciam ter sido judiados no rápido trajeto aéreo entre São Sebastião e Araguatins.

[...] os militares perguntavam-lhes, insistentemente, pelo paradeiro de Nicola Arpone. Nesses momentos, os homens negavam saber onde o religioso se encontrava e recebiam safanões em troca. Depois de alguns momentos de profunda consternação, ao vermos a sede da instituição sendo utilizada para

outras finalidades menos nobres, vi quando um dos militares aplicou um telefone com as duas mãos em forma de concha nos ouvidos do presidente do sindicato. O golpe surdo me causou revolta e principiei um protesto. Mas rapidamente fui convidado a me retirar do recinto. Recebi ordens para ir para casa (ARAÚJO, 2015).

“Parece que a seção de torturas fez efeito”, “pois logo a aeronave levantou” voo, pousando em Wanderlândia, onde o missionário leigo Nicola Arpone foi sequestrado (ARAÚJO, 2015).

Quem também andou próximo da morte foi o padre Francisco Glory, pároco de Natividade e do povoado Goianorte. Em 20 de novembro de 1983, depois de celebrar a missa no povoado, foi almoçar na casa de amigos com a irmã religiosa Suely. De lá, ouviram ruídos, vindos da rua, de “jagunços, a mando de fazendeiros e políticos da região, [que] o esperavam gritando que não sairia vivo do povoado de Goianorte”. “Consegui me esconder durante mais de oito horas até a chegada da polícia, que, embora sabendo que eu estava sendo ameaçado, não fez nada”. Os jagunços “furaram os quatro pneus do Toyota (seu automóvel), gritando que [ele] não sairia vivo da cidade” (*O Popular*, 1983).

Segundo o Padre, as ameaças de morte que vinha sofrendo eram “resultado das denúncias da Igreja contra as injustiças cometidas contra os posseiros da fazenda Barra do Dia e de outras”. “Fazendeiros e políticos da região” acusavam “a Igreja de Natividade de estar atrapalhando as negociações de vendas de terras a empresários gaúchos” (*O Popular*, 1983).

Em face desses crimes, o Estado nada , pelo contrário. Houve funcionários do Estado que colaboravam com a violência, bem como agentes da ditadura envolvidos na perseguição a religiosos e camponeses, no Norte de Goiás. Se não envolvidos diretamente, faziam “vista grossa” para a violência dos jagunços.

Nas cidades vizinhas das áreas onde havia conflitos de terra, era preciso ter cuidado. Durante as reuniões do sindicato, a gente mandava fechar as portas. Reconheço que era preciso ter cuidados, mas eu tinha a impressão de que as pessoas na minha equipe exageravam o perigo. Fui ameaçado e fui colocado sob proteção, após o assassinato da irmã Dorothy, na mesma região onde eu trabalhava. De vez em quando saía nos jornais uma lista de “marcados para morrer”, com a tabela de preços. No momento de seu assassinato, Dorothy valia cinquenta mil reais, e, para mim, a avaliação era de cem mil reais. O governador me impôs uma proteção. Eu não podia recusar, até para não ser expulso do Brasil e não colocar a Igreja em uma posição difícil. Meus guarda-costas me ajudavam também como motoristas, o que, nos últimos anos, me possibilitou viajar aonde eu quisesse (DES ROZIER, 2018:126).

Apesar dos danos físicos e psicológicos sofridos por Arpone e da pressão mental sofrida por Glory, ambos conseguiram sair vivos das tentativas de assassinato. O mesmo, no entanto, não ocorreu com o padre Josimo Morais Tavares.

Ele foi pároco e um dos coordenadores da CPT Araguaia-Tocantins em Wanderlândia, Buriti, Tocantinópolis e São Sebastião, cidades do Extremo Norte goiano conhecido como Bico do Papagaio. Mostrou-se sempre muito combativo, engajado na luta em apoio aos camponeses daquela região.

Em 15 de abril de 1986, ele sofreu um atentado enquanto se deslocava para o trabalho na zona rural. O carro do padre foi alvejado por cinco balas que não o atingiram.

Figura 10: Foto da porta do carro Toyota do padre Josimo Tavares, perfurada por cinco balas



Fonte: CPT AT ,1986.

Menos de um mês depois, em 10 de maio de 1986, enquanto subia as escadarias da Igreja de Imperatriz, MA, para uma reunião da CPT, Josimo foi assassinado com dois tiros nas costas desferidos pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues, que recebeu 50 mil cruzados pelo crime (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 1986).

Figura 11: Dona Olinda Morais Tavares, mãe do padre Josimo, segura a camiseta que o filho vestia quando foi morto.



Fonte: CPT AT, 1986.

A morte desse padre teve bastante repercussão nacional e internacional. O “ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, presentes ao enterro, diante de cerca de 3 mil pessoas garantiram que a justiça seria feita”. Em “1988, o pistoleiro foi condenado a 18 anos de prisão, mas fugiu diversas vezes da cadeia” (Memorial da Democracia,1097). Em 2003, o mandante do assassinato, o fazendeiro Osmar Teodoro da Silva, foi condenado, por “decisão unânime do Tribunal do Júri Popular de Imperatriz-MA”, a 19 anos de prisão (SCOLESE, 2003).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 49 anos, a CPT Nacional foi fundada em Goiânia, num encontro que reunia religiosos e leigos católicos, na sua maioria, da Amazônia Legal. O “encontro de Goiânia” foi, na essência, a expressão da angústia de religiosos em face da expulsão de camponeses de suas terras por grandes fazendeiros.

De fato, essa expulsão dizia respeito a um projeto da ditadura civil- militar brasileira em prol do desenvolvimento da Região Amazônica, a ser transformada em grandes propriedades agropastoris financiadas com dinheiro público e isenções fiscais.

Resultado desse projeto, expresso nos planos quinquenais da Sudam, dão conta da intensificação dos conflitos por terras e da concentração fundiária na Amazônia Legal, de expulsão de famílias inteiras de camponeses de suas terras e de mortes. Em contrapartida, houve entre esses camponeses quem resistiu brava e intensamente com vitórias contra o avanço do latifúndio.

Foi no torpor dessa realidade conflituosa, em 1977, que religiosos católicos fundaram a CPT Regional Araguaia-Tocantins. Mesmo responsável por um amplo território, que compreendia todo o Norte de Goiás, seus agentes puseram-se a serviço dos camponeses, assessorando-os religiosa e juridicamente e divulgando os percalços de sua luta, nacional e internacionalmente.

A atuação desses agentes da pastoral os expôs publicamente, em particular às forças de repressão policial-militar dos agentes da ditadura vigente. Resultado: passaram a frequentar as páginas dos crimes políticos da imprensa, a conviver com ameaças, perseguições, sequestro, prisões e morte. inclusive.

Nada disso, no entanto, arrefeceu o trabalho desses agentes até a chegada da abertura política em meados de 1980. Os sindicatos reorganizaram-se e a pastoral, mesmo engajada na articulação política dos camponeses, nunca pretendeu nem os manteve dependentes da CPT ou instituição que o valha. Orientava e instrumentava-os pela conquista da autonomia de suas próprias instituições.

O auge da atuação da CPT perdurou pelas décadas de 1970, 1980 e 1990. Morta a ditadura, os camponeses passaram a atuar e resistir por intermédio de seus sindicatos e partidos políticos com orientação à esquerda. Já na fase de redemocratização, a CPT foi perdendo o protagonismo sem deixar de colher os resultados de sua atuação com a autonomia dos sindicatos rurais.

Comparada a atuação dos agentes pastorais daquele passado com a dos agentes do presente, aqueles deixaram um legado bastante vantajoso. Não foi tênue nem

tíbio o grau de engajamento deles. De 1990 a 2000, são poucas as participações de agentes que tais em casos da mesma natureza.

Hoje, a CPT acompanha alguns casos de terras em disputa, mas sua atuação está mais voltada para a luta contra o trabalho escravo, a orientação dos trabalhadores por práticas agroecológicas com sustentabilidade.

O projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia Legal, no Norte de Goiás, portanto resultou vitorioso. Hoje, as terras do Tocantins e de outros Estados da Amazônia Legal são profundamente concentradas, onde se pratica uma agricultura altamente tecnológica voltada para a exportação, a chamada agricultura 4.0.

REFERÊNCIAS

- ALDIGHERI, Mário (1993). *Josimo, a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, p.203.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (2007). *Escravidão negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*, 2.ed, Goiânia: Kelps.
- AQUINO, Napoleão Araújo de (1996). *A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, p.220.
- ARAÚJO, José Pedro (2015). Bico do Papagaio – berço dos conflitos agrários no Brasil. (Blog) *Folhas Avulsas*. 21 fev. Disponível em: <http://josepedroaraujo.blogspot.com/2015/02/bico-do-papagaio-berco-dos-conflitos_21.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- GODOY, Manoel; AQUINO JÚNIOR, Francisco (2017). *50 anos de Medellín: revisitando os textos, retomando o caminho*. São Paulo: Paulinas,
- BARREIRA, César (2002). Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. *Sociologias*, Porto Alegre, a.4, n.8, jul./dez. pp.52-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JWkFnJDVfnHzM5x73gZTSsk/>. Acesso em: 13 out. ano.
- BATISTA, Iane Maria da Silva(2016). *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955 -1985)*. 369 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- BEOZZO, José Oscar (2005). A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil, in *Centro Teológico Manuel Larraín*. Disponível em: <<https://centromanuellarraín.uc.cl/images/pdf/BeozzoJoseOscar.ArecepcaodoVaticanoII.pdf>>.
- BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE (1973) *apud* Costa, I. S. (2013). “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do Nordeste brasileiro. *Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v.11, n.32, pp.1461-1484, 15 dez.
- BRASIL (1953). *Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953*. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- _____ (1958). *Decreto nº 43.710, de 15 de maio de 1958*. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43710-15-maio-1958-382550-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- _____ (1983). *Decreto nº 88.774, de 28 de setembro de 1983*. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88774-28-setembro-1983-438559-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- _____ (1983a). *Decreto nº 88.775, de 28 de setembro de 1983*. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88775-28-setembro-1983-438561-norma-pe.html>>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- _____ (2022). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projetos de Reforma Agrária*

conforme fases de implementação: período da criação do projeto: 01/01/1900 até 05/12/2022, p.332. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRITO, S. L. de; LIRA, E. R. (2021). A reforma agrária e o surgimento das Ligas Camponesas no Estado de Goiás entre 1960-1964. *Revista Nera*, [S. l.], n.59, pp. 338–354. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8751>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CASALDÁLIGA, Pedro (1971). *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Disponível em: <<https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 7 out./2022.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA POLICIA FEDERAL, CI/DPF (1983). *Informe nº 436 01/V/83-CI/DPF: Conflitos denunciados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Norte de Goiás*. Número do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83033187_d0001de0001, p.5, 9 de março. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CODARIN, Higor (2021). O derradeiro golpe à esquerda armada brasileira. *Varia História*, v.37, n.73, pp.251-286, jan./abr. Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/rB3r8tDjXGqSpQd3w7HRQBf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 23 out. 2021.

COELHO, Marco Antônio; BRITO, Julimar de. Uma conversa com D. Celso, o bispo processado. *Jornal D & M Economia & Política*, 23 nov. 1980. Disponível em: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. Acesso em: 7 out. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT (1975). *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, 1, pp.8-9.(demais informações)

CPT_____, (1976). *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, 4, 1976:8-9. (demais informações)

CPT_____,CEDOC DTB (Ano). *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, 4. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/my-drive>>. Acesso em: 7 out. 2022

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA ARAGUAIA-TOCANTINS, CPT AT (1980). *Caso AGROPIC município de Peixe, GO*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 13 jan. Acesso em: 7 out. 2015.

_____ (1980a). *Líder posseiro do Pará assassinado em Araguaína*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 1º jun. Acesso em: 7 out. 2015.

_____ (1980b). Estado de Goiás, Secretaria da Industria e Comércio, Junta Comercial do Estado de Goiás: *Certidão*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 22 out. Acesso em: 7 out 2015.

- _____(1980c). *Nota à imprensa*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 4 de nov. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1980d). *Cresce a violência na área do Getat*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 9 dez. 1980. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1981). *Pistoleiros em ação*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 8 de jan. 1981. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1981a). *Carta de frei Henri Burin des Roziers enviada a organizações europeias*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 12 de set. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1981b). *Carta de agradecimento dom Celso Pereira de Almeida enviada a organizações europeias*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 18 de nov. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1984). *Conflito da Agropig, município de Peixe, GO*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 28 set. 1984. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1985) *Foto do carro do padre Josimo Moraes Tavares alvejado por balas*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Pasta Dossiê Entregue aos Bispos 1985. Acesso em: 10 jan 2022.
- _____(1985a). *Declaração dos posseiros ao Governador de Goiás e às autoridades federais*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 1º mar. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1985b). *Declaração do camponês Abel Pinto Cirqueira*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 11 mar. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1986). *Histórico: Relatório Confidencial do MIRAD*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 1986. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1987). *Declaração assinada por José Carlos Dutra, Leoni Ortiz da Silva, Aurino Holanda Montenegro, Antonio Dias Ferreira e Lázaro Veloso de Faria*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 31 ago. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1987a). *Ofício da CPT direcionado ao deputado estadual de Goiás, Carlos Rosemberg*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 24 set. 1987. Acesso em: 7 out. 2015.
- _____(1987b). *Ofício do posseiro Josué Figueiredo enviado a João Raimundo, Delgado Regional do IBDF de Goiás*. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. 24 out. Acesso em: 7 out. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO, CPT CEDOC DTB (1977). *Organograma da Comissão Pastoral da Terra: Assembleia Nacional 1977*. Disponível em:

- <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9ZVlwR3oyY2cyYzQ?resourcekey=0-cW5cQhFX2AXVTTYhGAjhQ>>. Acesso em: 7 out. 2022.
- _____. (1977a). *2º Encontro do Regional Norte de Goiás 1977*. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9Y1U1S2RnR1Z5QzQ?resourcekey=0-R0PN-rlGV9gAFdwxymUN5w>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- _____. *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, 1. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9RjkzVXpFak5LNkk?resourcekey=0-2_tEhluzknkrqLxhKbQl4g>. Acesso em: 7 out. 2022.
- _____. *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, 4. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/my-drive>>. Acesso em: 7 out. 2022.
- _____. (1984). *Fazenda São João: Valtinho desmente*. 1º jan.
- _____. (1990). *2ª Romaria da Terra Padre Josimo*. Tríduo de Preparação: dias 27,28 e 29 de abril. Acesso em: 7 jul. 2023.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, CNBB (2001). Setor Pastoral Social. *Cartilhas de Pastoral Social*, 1: o que é pastoral social? Brasília, p.40.
- CONSAÚDE (1981). *Conclusões III Assembleia Regional da CPT Araguaia-Tocantins*. Porto Nacional, 1981. Acesso em 18 de junho de 2014.
- CORBARI, Marcos Antônio (2023). *Romaria da Terra celebra sua 45ª edição em território da reforma agrária: assentamento do MST em Eldorado do Sul será sede da atividade que convida refletir o tema “Terra e pão”*. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2023/02/17/romaria-da-terra-celebra-sua-45-edicao-em-territorio-da-reforma-agraria#:~:text=Enquanto%20as%20romarias%20tradi111111111cionais%20pr ocuram,buscam%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedad e>>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- COSTA, I. S. (2013) “Eu ouvi os clamores do meu povo; o episcopado profético do Nordeste brasileiro. *Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v.11, n.32, pp.1461-1484, 15 dez.
- COUTINHO, Sérgio Ricardo (2022). O que foi o Concílio Vaticano II?. *Café História*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>. ISSN: 2674-5917.
- CRUZ, José Adelson da (2000). *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no médio Araguaia-Tocantins*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação Educação Escolar Brasileira, Faculdade de Educação, Goiânia.
- CRUZ, Marta Vieira (2000). Movimento estudantil: a Juventude Universitária Católica em Sergipe (1958-1964). Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 17 out. 2021.
- DES ROZIERS, Henri Burin (2018). *Apaixonado por justiça: conversa com Sabine Rousseau e outros escritos*. Elefante, São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, p.256.

- FABRINI, J. E. A RESISTÊNCIA CAMPONESA PARA ALÉM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. REVISTA NERA, [S. l.], n. 11, p. 8–32, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i11.1406. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1406>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- SILVA, Jose Santana da (2003). *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia.
- FEITOSA, Fábio Pereira (2019). *O Concílio Ecumênico Vaticano II e a opção preferencial pelos pobres*. RS: Unisinos. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/588132-o-concilio-ecumenico-vaticano-ii-e-a-opcao-preferencial-pelos-pobres>>.
- GODOY, Manoel; AQUINO JÚNIOR, Francisco (2017). *50 anos de Medellín: revisitando os textos, retomando o caminho*. São Paulo: Paulinas, p.23.
- GOMES, Paulo César (2014). *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, p 224.
- GONZAGA, Agnaldo Divino (2005). *Anel de tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia.
- Michael (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, p.256
- IANNI, O. (1979). *Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Estatísticas do Século XX: Analfabetismo*. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/educacao/660-analfabetismo>>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- JESUS, Paulo Sérgio de (2006). A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970). *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.33, pp.365-373, dez. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2455>>. Acesso em: 17 out. 2021.
- JORNAL DIÁRIO DA AMANHÃ* (1980) 9 nov. Fazendeiros processam bispos. Disponível em: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Pasta Arquivo Santa Cruz Araguaína. Acesso em: 7 out. 2015.
- JORNAL DM ECONOMIA & POLÍTICA* (1980). 23 nov. Goiânia, GO. Brasil.
- JORNAL FOLHA DE GOIAZ* (1982) 7 abr. Lerdeza das autoridades e pressa da subversão. Disponível em: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. Acesso em: 7 out. 2015.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO* (1981) 2 out. Religiosos respondem a inquérito pela morte de um tratorista em Goiás. Disponível em: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. Acesso em: 7 out. 2015.

- JORNAL O POPULAR* (1983) 24 nov. Padre se esconde e assim não é morto. Disponível em: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Pasta Chico Glory Natividade. Acesso em: 12 jan. 2022.
- JORNAL OPÇÃO* (1980) 5 abr. Posseiros de Peixe denunciam pressões de empresa agropecuária. Disponível em: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, Araguaína, Caixa Arquivo AGROPIC. Acesso em: 7 out. 2015.
- KORNIS, Mônica (1980). Verbete: SNI. *FGV CPDOC*. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>>. Acesso em: 5 ago. 2023.
- _____ (2001). Verbete: Ação Popular. *FGV CPDOC*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- LE BRETON, Binka (2000). *Todos sabiam: a morte anunciada do padre Josimo*. Trad. Maysa Monte de Assis. São Paulo: Loyola.
- LIMA, Eonilson Antonio De (2015). A Luta Pela Terra Na Região Norte De Goiás: assentamento Juarina (1968–1988) (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, p. 221.
- LÖWY, Michael (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, p.256.
- _____ (2000) *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, p.271.
- MACIEL, C. M. A. (2019). Instruir-se para instruir: A Ação Católica brasileira e a formação da Juventude Estudantil Católica no Brasil (1935-1966). *Revista Crítica Histórica*, v.9 n.18, pp.173–194, Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/5456>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- MANZANO, Heloiza Lotufo; MANZANO, Eduardo (2021). *Nas barrancas do Tocantins: 50 anos de memórias: vida e trabalho em Porto Nacional*. São Paulo: Brasa.
- MARQUES, Gilberto S. (2013). SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista da Sociologia Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.34, pp.163-198, fev. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/6>>. Acesso em: 1º set. 2023.
- MARTINS, Edilson (1979). *Nós do Araguaia: dom Pedro Casaldaliga, bispo da teimosia e da liberdade*. Rio de Janeiro: Graal, p.221.
- MARTINS, José de Souza (1981). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- MATTOS, Paulo Henrique Costa (2012). *Fronteira final: globalização e a questão agrária no Brasil*, 1.ed., Gurupi: Veloso, p.347.
- MECHI, Patricia Sposit (2012). *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- _____. (2015). Modernização excludente e conflito social na região do Tocantins nas décadas de 1970 e 1980. *Textos e Debates*, [S. l.], v.1, n.25,. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i25.2779. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/2779>>. Acesso em: 7 out. 2023.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA* (1986). Padre Josimo é assassinado a tiros. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/padre-josimo-e-assassinado-a-tiros>>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- NEVES, Delma (2008). Mediação social e mediadores políticos, in Neves, Delma. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, pp.21-44.
- OLIVEIRA, Maria Alexandra Prado de (2015). “*Eu ouvi os clamores do meu povo*”: análise de um documento eclesial e suas repercussões. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Recife, p.112.
- PACIFICO FILHO, M.; PONTES BORGES, T. (2018). Frei Xavier Plassat. *Revista Panorâmica* [S. l.], v.24. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/756>>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- PANASIEWICZ, Roberlei (2018). Medellín: fonte de inspiração para uma metodologia do diálogo inter-religioso. *Periódicos Pucminas*, v.16, n.50, pp.77-697, maio/ago. ISSN 2175-5841. Belo Horizonte: Horizonte. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p677/13558>>.
- PARENTE, T. G. (2007) . Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. *Jornal do Tocantins*, 10 nov. 1997.
- PEREIRA, Dácio Alves; LOPES, Alberto Pereira (2005). A contribuição da Igreja Católica na luta pela terra no município de Araguaína, TO. *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira*. Presidente Prudente, SP, 11 a 15 de nov. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/D%E1cio%20Alves%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- PICOLI, Fiorelo (2006). *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular.
- REIS, Daniel Arão (2010). Ditadura, anistia e reconciliação. *Artigos • Estud. hist. (Rio J.)* 23 (45) • Jun 2010 • <https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000100008>.
- ROS, Carlos Cowan (2008). Mediação e conflito: lógica de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no Norte da Província de Jujuy, Argentina, in Neves, Delma (Org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, pp.99-128.
- SANTOS, Rozana Correa. RIBEIRO, Odenei de Souza (2022). A Amazônia entre os anos 1964 a 1970: Apontamentos sobre as primeiras intervenções do autoritarismo. *SOMANLU – Revista de Estudos Amazônicos*, Ufam, n.1, v.1, jan. / jun.

- SARZÊDAS, Janildes Curcino (2021). A Atuação De Religiosos Da Teologia Da Libertação Na Região Da Diocese De Porto Nacional No Final Da Ditadura Civil-Militar (1978-1985). 193 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas .
- SCOLESE, Eduardo (2003). Fazendeiro é condenado por morte de padre. *Folha de São Paulo*. São Paulo, quinta-feira, 18 set. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809200328.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, SNI (1979). *Informe nº 142/116: Movimento subversivo em evolução no Norte de Goiás*. Arquivo Nacional nº BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80004907_d0001de0001, pp.11, 12 nov. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- _____. (1984). *Informação nº 140/140/AC/84: Problema fundiário no Norte de Goiás-Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. Arquivo Nacional nº BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_84045500_d0001de0001, p.84, 17 out. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- _____. (1984). *Informe nº 196/s-102-A3-CIE: Atuação do clero em Porto Nacional*. Arquivo Nacional nº BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_83006587_d0001de0001, p.84, 17 out. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- SILVA, J. B. da; BATISTA, I. M. S. O. (2016). 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico. *HISTEDBR*, v.15, n.66, pp.56-72. Campinas, SP. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643702>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- SILVA, Jose Santana da (2003). *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, p. 212.
- _____. (2009). A Comissão Pastoral da Terra e as lutas dos trabalhadores rurais em Goiás, in Silva, José Santana da; Peixoto, Maria Ângela; Viana, Nildo (Orgs). *Temas de Sociologia rural*. Pará de Minas: Vituralbooks, pp.112-147.
- SILVA, Moisés Pereira (2011). *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)*. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- _____. (2019). O trabalho escravo contemporâneo: conceito e enfrentamento à luz do trabalho jurídico e pastoral do frei Henri Burin des Roziers. *Estudos Históricos*, v.32, n.66, pp.333-346, jan./abr. Rio de Janeiro.
- SOUSA CARVALHO, N. de (2019). O social catolicismo e a sua atuação no meio rural na segunda metade do século XX no Brasil. *Faces de Clio*, [S. l.], v.5, n.10, pp. 106–130, Disponível em:

<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/28716>>. Acesso em: 9 out. 2022.

- SOUZA, Edimilson Rodrigues de (2019). *A luta se faz caminhando: sacralização de lideranças camponesas e indígenas assassinadas em contextos de conflito de terra no Brasil*. 238 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638229>>. Acesso em: 6 jul..
- SOUZA, Ney de (2006). Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, v.14, n.55, pp.39-59, abr./jun,. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15033/0>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- VALCARENGHI, Alexandre Roberto (2013). *A dimensão geográfica das romarias da terra do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná Francisco Beltrão, 127 f.

ANEXO A- Produto Final

Para conclusão do mestrado, o Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas exige que o aluno elabore a dissertação de mestrado e um produto final que possa ampliar a pesquisa e o ensino sobre o tema tratado na dissertação. Com essa finalidade, elaboraram-se dois produtos finais;

1. disponibilizar a documentação sobre violações de direitos humanos, durante a ditadura, no Norte de Goiás, documentos esses coletados durante o ano de 2014, no âmbito do projeto Memória, Verdade e Justina no Tocantins. Este projeto, conduzido pelo Centro de Direitos Humanos de Palmas e financiado pelo Ministério da Justiça, previa disponibilizar toda a documentação coletada em um *siti*, o que de fato aconteceu. Mas faltaram recursos para que a página do CDHP continuasse funcionando, razão pela qual o *siti* está desativado. Hoje, o acesso a esses documentos estão armazenados em HDs externos no mesmo CDHP. O trabalho agora é disponibilizá-los, entrevistas e arquivos escritos, em um link de *google drive* aberto aos interessados e organizar os arquivos, por data e assunto no período da ditadura (Disponível no: [link: <https://drive.google.com/drive/folders/1Kk81ao0FTPHhHMQxYazySvqnSfrmq7oi?usp=sharing>](https://drive.google.com/drive/folders/1Kk81ao0FTPHhHMQxYazySvqnSfrmq7oi?usp=sharing); e no link: [link: <https://drive.google.com/drive/folders/1TljKdtV99EZq6HkCzoMF56I3gfWxAugV?usp=sharing>](https://drive.google.com/drive/folders/1TljKdtV99EZq6HkCzoMF56I3gfWxAugV?usp=sharing)).

2. Elaborar uma cartilha sobre o período da ditadura, violações de direitos humanos na região do Tocantins (Disponível no [link: <https://drive.google.com/drive/folders/1uVTsXoXu3avO_Jzv796vwKyuG4oQJMpu?usp=sharing>](https://drive.google.com/drive/folders/1uVTsXoXu3avO_Jzv796vwKyuG4oQJMpu?usp=sharing)).